

## ▶ OPERAÇÃO PATMOS

# ANOTAÇÕES COM 'CX 2' EM IMÓVEL DE AÉCIO

## PF APREENDEU TAMBÉM OBRAS DE ARTES E DOCUMENTOS NO APARTAMENTO EM IPANEMA

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



DELAÇÕES DA JBS – Janot solicitou ao STF agilidade no depoimento do presidente Temer

BRASÍLIA – No relatório sobre o material apreendido no gabinete e nas residências do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) durante a Operação Patmos, deflagrada no dia 18, a Polícia Federal diz ter encontrado “diversos comprovantes de depósitos e anotações manuscritas, dentre elas a inscrição ‘CX 2’”.

A lista completa de materiais apreendidos inclui telefones celulares, obras de arte, documentos e anotações sobre a Construtora Norberto Odebrecht e Joesley Batista.

No apartamento que o senador tem na avenida Vieira Souto, no Rio, os agentes encontraram “diversos documentos acondicionados em saco plástico transparente, dentre eles um papel azul com senhas” e “diversos comprovantes de depósitos e anotações manuscritas, dentre elas a inscrição caixa 2”.

Um aparelho bloqueador de sinal telefônico também foi apreendido, além de uma escultura e 15 quadros – um deles com a inscrição “Portinari”.

Já no gabinete do tucano no Senado, foram apreendidas “planilhas com indicações para cargos federais” e cópias de uma agenda de 2016 com os nome

do empresário Joesley Batista e da irmã de Aécio, Andrea Neves, presa durante a operação. E também “folha manuscrita contendo dados do CNO (Construtora Norberto Odebrecht)”.

Há ainda o registro de um “papel manuscrito contendo anotações citando o ministro Marcelo Dantas”, em uma possível indicação ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, investigado em um dos inquéritos da “Lava Jato”.

O relatório do material apreendido no gabinete do senador inclui “folhas impressas no idioma aparentemente alemão, relativo a Nobert Muller”.

Norbert Muller e a esposa Christine Puchmann são doleiros que já foram investigados na Justiça Federal do Rio de Janeiro, na Operação Norbert. O casal, segundo as investigações no Rio de Janeiro, seria responsável por criar e manter contas bancárias em Liechtenstein, paraíso fiscal na Europa. Na investigação havia uma referência a Inês Maria Neves Faria, mãe do senador Aécio Neves. Os doleiros foram denunciados, mas o inquérito foi arquivado.

O senador cassado Del-

cídio Amaral, quando fez acordo de colaboração premiada, relatou ter ouvido de José Janene – ex-líder do PP, morto em 2010 – que Aécio Neves era beneficiário “de uma fundação sediada em um paraíso fiscal, da qual ele seria dono ou controlador de fato; que essa fundação seria sediada em Liechtenstein; que o declarante não sabe precisar, mas ao que

parece, a fundação estaria em nome da mãe ou do próprio Aécio Neves”.

### EX-ASSESSOR DE PERRELA

A PF apreende também R\$ 480 mil em sacolas na casa da sogra do ex-assessor parlamentar do senador Zezé Perrella (PMDB-MG), Mendherson Souza Lima, preso no último dia 18. O dinheiro estava em uma caixa em Nova Lima.

### DEPOIMENTO

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu autorização ao ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), para tomar o quanto antes o depoimento do presidente da República, Michel Temer (PMDB), do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) e do deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) no curso inquérito aberto contra os três a

partir da delação da JBS.

Em relação ao depoimento de Temer, Janot disse a Fachin que a oitiva deve acontecer “nos moldes a serem definidos por Vossa Excelência Fachin”.

Janot afirma que, por haver investigados presos – Andrea Neves e Frederico Pacheco de Medeiros, irmã e prima de Aécio, e Mendherson Souza Lima –, o prazo para a conclusão da investigação por parte da Polícia Federal e da própria apresentação da denúncia pela Procuradoria-Geral da República (PGR) é mais curto.

“Conjugando o regime preconizado pelo Código de Processo Penal e pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, a Polícia Federal tem o prazo de 10 dias, contados da realização da prisão, para finalizar as investigações e remeter o inquérito para o Ministério Público Federal, que, por sua vez, possui o prazo de 5 dias para oferecer denúncia ou requerer o arquivamento”, disse Janot.

“Há a necessidade de atualização de inquérito no prazo acima apontado em virtude de haver investigado preso, devendo ser efetivadas diligências a fim de angariar elementos a formação da opinião delicti”, disse Janot.

Agência Estado

### PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG AVISO DE LICITAÇÃO

A PREF. MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG - torna público o Processo Licitatório nº 053/2017, Pregão Presencial para Registro de Preço nº 026/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE CARTUCHOS COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS IMPRESSORAS/COPIADORAS LOTADAS EM DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO DE FRUTA DE LEITE/MG, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS NECESSÁRIAS A TAL PROCEDIMENTO. Abertura da sessão: 08/06/2017 às 09h00min. Edital disponível no site através do site: [www.frutadeleite.mg.gov.br](http://www.frutadeleite.mg.gov.br)  
Pregoeira Oficial: Lorrany Ribeiro.

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2017

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2017  
O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da SUDENE – torna público a ata de registro de preços referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2017 PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2017, objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE BRINQUEDOTECA, KITS PEDAGÓGICOS/ EDUCATIVOS, BEM COMO REALIZAR O SERVIÇO DE EMBALAGEM, ROTULAGEM, FORMAÇÃO DE ENCOMENDAS E ENTREGA/POSTAGEM DO MATERIAL, PARA OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS, empresas: DIDATIS COMERCIO E SERVIÇOS EM EDUCAÇÃO LTDA - ME, CNPJ: 13.726.728/0001-47, Ata 008-A/2017; e CONESUL COMERCIAL E TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA, CNPJ: 05.896.401/0001-95, Ata 008-B/2017. Quaisquer informações pelo fone: (38) 9 9970-3832, e-mail: [licitacaocimams@yahoo.com.br](mailto:licitacaocimams@yahoo.com.br)

### Edmarcio Moura Leal - Presidente do CIMAMS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017  
O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da SUDENE – torna público a ata de registro de preços referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017 PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017, objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, NÃO EMULSIONADO, USINADO EM USINA DE ASFALTO E NÃO DE PMF, PARA APLICAÇÃO A FRIO, INCLUSIVE SOB CHUVA, PARA OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS, empresa: NOGUEIRA E CASTRO PAVIMENTAÇÕES LTDA - EPP, CNPJ: 24.964.134/0001-90, Ata 009/2017. Quaisquer informações pelo fone: (38) 9 9970-3832, e-mail: [licitacaocimams@yahoo.com.br](mailto:licitacaocimams@yahoo.com.br)  
Edmarcio Moura Leal - Presidente do CIMAMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO DE LIMA/MG - Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº030/2017- O Município de Augusto de Lima/MG, torna público que fará realizar Pregão Presencial Nº030/2017, contratação de prestação de serviços de manutenção, conservação, perfuração e recuperação dos poços artesianos do município com fornecimento de peças. Tipo: Menor Preço por Item: Data de entrega dos envelopes de Proposta e Documentação: 09/06/2017 até às 12:30h. Informações e edital poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, na Av. Cel Pedro Pedras, 220, Centro - Telefax: (38) 3758-1279 / E-Mail [licitacaoaugustodelima@bol.com.br](mailto:licitacaoaugustodelima@bol.com.br) - João Carlos Batista Borges- Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA - Pregão Presencial RP 27/17 - Considerando que o processo licitatório n.º 40/2017, foi fracassado conforme ata da sessão pública do dia 23/05/2017, seguindo orientação do parecer jurídica da Assessoria Jurídica Municipal datado em 24/05/2017 em que recomenda que seja realizada nova licitação, arquiva-se em definitivo o processo licitatório 040/2017, Pregão Presencial RP 27/17. Objeto: registro de preços para fornecimento de gás de cozinha GLP13, cilindros GLP45, gelo em cubos, gelo triturado e refrigerantes pet, para atendimento as diversas Secretarias do Município e seus respectivos setores, projetos educacionais, comemorações e eventos em geral.- Sávio Felix de Araújo/Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA - Torna público a abertura do Pregão Presencial RP 044/17, no dia 13/06/17 às 09h00min, com credenciamento a partir das 08h30min. Objeto: registro de preços para aquisição de medicamentos para atender a população do Sistema Único de Saúde-SUS do município de Lagoa Santa, nas unidades de saúde, policlínicas e nas farmácias municipais, bem como atender ordens judiciais. O edital na íntegra estará disponível na rua São João, 290-Centro, no horário de 12h às 17h e/ou no site [www.lagoasanta.mg.gov.br](http://www.lagoasanta.mg.gov.br) - Euvani Lindourar Pereira D'Avelar/Pregoeira.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAIÇO/MG

Processo de Licitação nº 0220/2017, modalidade Concorrência Pública nº 002/2017, Tipo Melhor Técnica e Preço. Objeto: Contratação sob demanda, de serviços de publicidade, propaganda e comunicação incluindo estudo, planejamento, concepção, criação, execução, distribuição e controle de veiculação de programas e campanhas publicitárias para os produtos, serviços e eventos internos e externos da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG, controle das inserções publicitárias (mídias contratadas e mídia digital) nos veículos de comunicação, a serem prestados por uma agência de propaganda. A abertura será dia 20 de Julho de 2017 às 14:00 horas. O Edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: [www.ssparaíso.mg.gov.br](http://www.ssparaíso.mg.gov.br) e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, na Praça Inês Ferreira Marcolini, nº 60, piso superior, Bairro Lagoinha, nesta cidade, fone/fax: (35) 3539-7015, Ramal 7143, diariamente das 12:00 às 18:00 horas, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos.

São Sebastião do Paraíso/MG, 26 de Maio de 2017.

Luiz Fernando de Souza

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAIÇO/MG

Processo de Licitação nº 1212/2017, modalidade Concorrência Pública nº 003/2017, Tipo Maior Oferta. Objeto: Concessão onerosa de uso de espaços e bens públicos destinados a exploração de atividades do ramo comercial (Bancas de Jornais/Revistas, Lanchonetes e outros). A abertura dos envelopes será dia 30 de Junho de 2017, às 14:00 horas. O Edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: [www.ssparaíso.mg.gov.br](http://www.ssparaíso.mg.gov.br) e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, na Praça Inês Ferreira Marcolini, nº 60, piso superior, Bairro Lagoinha, nesta cidade, fone/fax: (35) 3539-7015, Ramal 7143, diariamente das 13:00 às 18:00 horas, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos.

São Sebastião do Paraíso/MG, 15 de Maio de 2017.

Luiz Fernando de Souza

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

# Barra do Braúna Energética S.A.

CNPJ Nº 04.987.866/0001-99

BALANÇO PATRIMONIAL 31/12/2016 E 2015 (Em MRS, exceto quando indicado de outra forma)		
	2016	2015
<b>ATIVO</b>		
<b>Circulante</b>	19.766	17.998
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	9.393	5.057
Contas a receber (Nota 4)	6.753	5.279
Despesas antecipadas (Nota 5)	2.235	2.097
Estoques	652	574
Impostos a recuperar	239	168
Outras contas a receber	494	411
<b>Não circulante</b>	250.830	259.722
Despesas antecipadas (Nota 5)	2.391	4.412
Depósitos restituíveis e valores vinculados (Nota 6)	4.006	3.610
Uso do Bem Público (UBP) - direitos de outorga (Nota 7)	22.641	23.818
Depósitos judiciais	43	49
Imobilizado (Nota 8)	221.749	232.245
<b>Total do ativo</b>	270.596	277.720
<b>PASSIVO</b>		
<b>Circulante</b>	15.123	15.966
Contas a pagar (Nota 9)	2.650	2.171
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	7.967	8.096
Impostos e contribuições a recolher	811	611
Uso do Bem Público (UBP) - direitos de outorga (Nota 7)	2.438	2.350
Dividendos a pagar (Nota 12.d)	1.257	1.852
Outras contas a pagar	-	886
<b>Não circulante</b>	93.210	101.677
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	63.722	70.425
Uso do Bem Público (UBP) - direitos de outorga (Nota 7)	29.488	31.249
Provisão para contingências (Nota 11)	-	3
<b>Patrimônio líquido</b>	162.263	160.077
Capital social (Nota 12.a)	119.167	119.167
Reserva de lucros (Nota 12.b)	12.088	8.288
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 12.c)	31.008	32.622
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	270.596	277.720

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2016 E 2015** (Em MRS, exceto quando indicado de outra forma):

**1. Contexto operacional:** A Barra do Braúna Energética S.A. ("Barra do Braúna" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto a atuação na indústria de energia elétrica na área de geração e na participação como quotista ou acionista em outras sociedades quaisquer que sejam seus tipos e objetos sociais. A Sociedade mantém e explora a Usina Hidrelétrica Barra do Braúna, ("UHE"), localizada no Município de Recreio, no Estado de Minas Gerais, com capacidade instalada de 39 MW, cuja exploração foi outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio do terceiro aditivo ao Contrato de Concessão de Geração nº 11/2001, celebrado no dia 22/07/2008. A acionista controladora da Sociedade é a Brookfield Energia Renovável S.A., com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. As unidades geradoras 2 e 3 entraram em operação em 25/12/2009 e a unidade geradora 1 entrou em operação em 07/01/2010. O período de concessão é de 35 anos, contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão de Geração nº 11/2001, podendo ser prorrogado uma única vez a critério do órgão regulador e fiscalizador do poder concedente, a ANEEL. No fim do prazo da concessão, os bens e as instalações realizadas para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico, adquiridos após o início das operações, passarão a integrar o patrimônio da União caso a concessão não seja renovada, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados pela ANEEL e realizados, não previstos no projeto original, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do poder concedente. A Lei nº 8.987/95, conhecida como Lei de Concessões, estabelece, entre outras disposições, as condições que a concessionária deve cumprir ao fornecer serviços de energia, os direitos dos consumidores e as obrigações da concessionária e do poder concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir o regulamento vigente do setor elétrico. A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes características:

Indústria	Datas do contrato	
	Início	Vencimento
Distribuidora de energia	01/01/2013	28/02/2037
Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, o preço da energia contratada do contrato de venda de energia listado e reajustado pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.		
<b>2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis:</b>		
<b>2.1. Declaração de conformidade:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária ("Lei nº 6.404/76"), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007 ("Lei nº 11.638/07"), e pela Lei nº 11.941, de 27/05/2009 ("Lei nº 11.941/09"), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCP 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.		
<b>2.2. Base de elaboração:</b> A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31/12/2016. As práticas contábeis descritas na Nota Explicativa 2.3 foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.		
<b>2.3. Sumário das principais práticas contábeis:</b> O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue: a) <b>Caixa e equivalentes de caixa:</b> Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. b) <b>Instrumentos financeiros:</b> Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. b.1) <b>Ativos financeiros:</b> Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem. • A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse. • A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. b.2) <b>Passivos financeiros:</b> Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos: (i) <b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:</b> A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado. (ii) <b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo:</b> Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Os juros e a atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis registrado no resultado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são basicamente contas a pagar, empréstimos e financiamentos e uso do bem público (UBP). c) <b>Estoques:</b> Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização. d) <b>Ativo imobilizado:</b> É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31/12/2016 E 2015 (Em MRS, exceto quando indicado de outra forma)		
	2016	2015
<b>Receita operacional líquida (Nota 13)</b>	44.511	45.821
<b>Custo de geração de energia (Nota 14)</b>	(22.743)	(24.840)
<b>Lucro bruto</b>	21.768	20.981
<b>Despesas operacionais</b>	(7.594)	(4.727)
Gerais e administrativas (Nota 14)	(4.789)	(183)
Outras despesas operacionais (Nota 15)	(2.805)	(4.544)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos</b>	14.174	16.254
<b>Resultado financeiro</b>	(6.863)	(6.887)
Receitas financeiras (Nota 16)	1.712	884
Despesas financeiras (Nota 16)	(8.575)	(7.771)
Lucro antes do IR e da contribuição social	7.311	9.367
<b>Imposto de renda e contribuição social (Nota 17)</b>	(2.018)	(1.571)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	5.293	7.796

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2016 E 2015 (Em MRS, exceto quando indicado de outra forma)		
	2016	2015
Lucro líquido do exercício	5.293	7.796
Outros resultados abrangentes	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes do exercício</b>	5.293	7.796

aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe. A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 8. A vida útil estimada, os valores reais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados. e) **Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais. f) **Provisão:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. g) **Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência. h) **Reconhecimento da receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente. i) **Imposto de renda e contribuição social:** São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor. j) **Meio ambiente:** Todos os custos sócio-ambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção da usina e registrados no ativo imobilizado até o final da construção, sendo depreciados pelo prazo de concessão. Os gastos ambientais relacionados à manutenção da gestão ambiental da usina são reconhecidos no resultado a medida que incorrem. k) **Estimativas contábeis:** As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A liquidação das transações quando envolvem essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente. l) **Recuperação de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. m) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. n) **Ativo circulante e não circulante:** São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos. **2.4. Novos pronunciamentos contábeis:** A Administração revisa periodicamente os pronunciamentos contábeis emitidos e que foram aplicados pela primeira vez no período, bem como os pronunciamentos contábeis revisados e/ou em revisão cuja aplicação será exigida em períodos futuros. Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 01/01/2016. Dada à natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. • Alterações no IAS 16 e IAS 38: Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização; • IFRS 14: Contas Regulatórias Diferidas; • Melhorias anuais (Ciclo 2012-2014) - *Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteram as seguintes normas: IFRS 5, IFRS 7, IFRS 10, IFRS 12, IAS 1, IAS 19, IAS 28 e IAS 34.* Abaixo seguem os pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016: • IFRS 9 - Instrumentos financeiros; • IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas; • IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes; • Alterações no IFRS 10 e IAS 28: venda ou contribuição de ativos entre o investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*); • IAS 7 - Iniciativas de Divulgação; • IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas - alterações; • IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - alterações; • IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil. A Administração entende que não existem outras normas e interpretações emitidas e adotadas pela primeira vez neste período bem como normas e interpretações ainda não adotadas que possam na opinião da Administração ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado. Em 17/11/2016 foi sancionada a Lei nº 13.360/2016, conversão da Medida Provisória 735/2016, alterando doze leis do sistema elétrico. A administração está avaliando as alterações implementadas pela nova lei e os efeitos em suas operações, contudo entende não haver impacto significativo nas suas demonstrações financeiras apresentadas.

3. Caixa e equivalentes de caixa	2016		2015	
	Caixa e depósitos bancários	1.314	1.064	
Aplicações financeiras	8.079	3.993		
<b>Total</b>	<b>9.393</b>	<b>5.057</b>		
As aplicações financeiras, classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:				
<b>Instituição financeira</b>	<b>Tipo</b>	<b>Remuneração</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Banco Itaú S.A.	Compromissada	CDI	166	-
Banco ABC	CDB	CDI	7.913	3.993
			<b>8.079</b>	<b>3.993</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2016 E 2015 (Em MRS, exceto quando indicado de outra forma)						
	Reservas de lucro					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	119.167	431	299	34.236	-	154.133
Realização da avaliação patrimonial (Nota 12.c)	-	-	-	(1.614)	1.614	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.796	7.796
Constituição de reserva legal (Nota 12.d)	-	390	-	-	(390)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 12.d)	-	-	-	-	(1.852)	(1.852)
Reserva de retenção de lucros (Nota 12.d)	-	-	7.168	-	(7.168)	-
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	119.167	821	7.467	32.622	-	160.077
Realização da avaliação patrimonial (Nota 12.c)	-	-	-	(1.614)	1.614	-
Decisões da AGO de 15/06/2016	-	-	-	-	-	-
Declaração de dividendos complementares de 2015 (R\$17,72 por lote de mil ações) (Nota 12.d)	-	-	(1.850)	-	-	(1.850)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.293	5.293
Constituição de reserva legal (Nota 12.d)	-	265	-	-	(265)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 12.d)	-	-	-	-	(1.257)	(1.257)
Reserva de retenção de lucros (Nota 12.d)	-	-	5.385	-	(5.385)	-
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	119.167	1.086	11.002	31.008	-	162.263

**4. Contas a receber:** A composição das contas a receber, por ramo de atuação dos clientes, é a seguinte:

	2016	2015
Distribuidoras de energia	5.398	4.415
Notas de débito - partes relacionadas	1.277	-
MRE e CCEE (*)	78	864
Total - ativo circulante	6.753	5.279
(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).		
A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:		
	2016	2015
Saldo a vencer	5.476	5.279
Saldo vencido até 30 dias	2	-
Saldo vencido de 91 a 180 dias	193	-
Saldo vencido de 181 a 365 dias	1.082	-
<b>Total</b>	<b>6.753</b>	<b>5.279</b>

A Sociedade não espera perdas na recuperação do contas a receber.

**5. Despesas antecipadas:** A composição das despesas antecipadas é a seguinte:

	2016	2015		
Adesão ao deslocamento hidráulico	4.412	6.433		
Prêmio de seguro de risco operacional	214	76		
<b>Total</b>	<b>4.626</b>	<b>6.509</b>		
Circulante	2.235	2.097		
Não circulante	2.391	4.412		
Durante o exercício de 2015 foram publicadas a Lei nº 13.203, de 08/12/2015, e a Resolução Normativa nº 684, de 11/12/2015, que estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica por agentes participantes Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, com o objetivo de buscar uma solução para condições hidrológicas adversas. Em 18/12/2015 o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a proposta de repactuação do risco hidrológico, no qual optou-se pela classe de produto SP100, com prêmio de risco associado de R\$9,50/MWh. Os valores antecipados, referente ao prêmio de risco, serão compensados com os prêmios devidos do período de janeiro de 2016 a junho de 2020. <b>6. Depósitos restituíveis e valores vinculados:</b> As aplicações financeiras, classificadas como ativos depósitos restituíveis e valores vinculados estão compostas da seguinte forma:				
<b>Instituição financeira</b>	<b>Tipo</b>	<b>Remuneração</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Banco Itaú S.A.	Fundos	CDI	4.006	3.610
			4.006	3.610

Em 31/12/2016, o montante não circulante de R\$4.006 (R\$3.610 em 31/12/2015) refere-se às aplicações em fundos DI vinculadas às obrigações de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. **7. Uso de Bem Público (UBP) - direitos de outorga:** A Sociedade, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Barra do Braúna, desembolsará à União, ao longo do prazo de vigência do Contrato de Concessão e enquanto o estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido nos contratos de concessão, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela FGV. A primeira parcela foi desembolsada no início da operação comercial da 1ª unidade geradora e a última parcela ocorrerá no término da concessão, em março de 2036. O saldo do ativo é amortizado pelo prazo da concessão desde o momento em que a usina entrou em operação. O saldo do passivo é atualizado mensalmente pelos encargos financeiros (*pró-rata temporis*), conforme determinado no respectivo contrato de concessão, e a contrapartida dessa atualização monetária é registrada como despesa financeira - variação monetária passiva. O valor presente das parcelas foi calculado utilizando taxa de desconto de 3,5% ao ano tomando como base TJLP na data da concessão de 8% e a expectativa de inflação em 4,5%. A Sociedade tem registrado o total do direito de outorga, ativo contra passivo, pelo valor presente, desde a entrada da usina em operação.

	Curso em serviço				Em curso		
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Bens em andamento	Estoque de ativo fixo
<b>Custo</b>							
31/12/2014	3.873	128.163	147.357	16.411	823	433	297.485
Adições	-	-	-	-	-	5.547	5.547
Baixa	-	(37)	-	-	-	(5.094)	(3)
Transferências	150	4	-	-	-	(154)	(3)
31/12/2015	4.023	128.130	147.357	16.411	823	732	297.898
Adições	-	-	-	-	-	1.257	49
Baixa	-	(98)	(3.953)	(189)	-	(126)	(14)
Transferências	160	(29.973)	30.505	3	25	(718)	(2)
31/12/2016	4.183	98.059	173.909	16.225	848	1.145	294.824
<b>Depreciação acumulada</b>							
31/12/2014	(748)	(21.701)	(28.390)	(3.100)	(162)	-	(54.101)
Adições	(155)	(5.120)	(5.620)	(633)	(32)	-	(11.560)
Baixas	-	8	-	-	-	-	8
31/12/2015	(903)	(26.813)	(34.010)	(3.733)	(194)	-	(65.653)
Adições	(162)	(3.821)	(6.852)	(633)	(31)	-	(11.499)
Baixas	-	93	3.952	32	-	-	4.077
Transferências	-	3.952	(3.952)	-	-	-	-
31/12/2016	(1.065)	(26.589)	(40.862)	(4.334)	(225)	-	(73.075)

a) **Método de depreciação:** A Sociedade efetuou a revisão da taxa de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2016 e 2015 e não alterou a estim

# Barra do Braúna Energética S.A.

CNPJ Nº 04.987.866/0001-99

Movimentação do empréstimo nos exercícios de 2016 e 2015:

	2016	2015
Saldo inicial	78.521	86.013
Juros incorporados ao principal	1.072	-
Juros provisionados	5.984	6.719
Amortização - principal	(7.877)	(7.795)
Pagamento - juros	(6.011)	(6.416)
Saldo final	71.689	78.521

Em 31/12/2016, o saldo devedor, composto de principal e juros, é amortizado mensalmente, tendo os contratos como vencimentos finais as datas de 15/06/2026. As parcelas do não circulante, em 31/12/2016, têm os seguintes vencimentos:

Ano	Valor
2018	7.967
2019	7.967
2020	7.967
2021	7.967
2022	7.967
Após 2022	23.887
Total	63.722

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (*debt-covenants*), os quais foram atendidos para o exercício findo em 31/12/2016.

**11. Provisões para contingências:** No curso normal dos negócios, a Sociedade está envolvida em causas judiciais e discussões potenciais relevantes, as quais foram ou podem vir a ser levantadas pelas autoridades competentes, incluindo, dentre outras, questões de ordem civil. Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para a Sociedade, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constituiu provisão. A movimentação dos saldos de contingências prováveis está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Riscos cíveis	-	3
Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela administração:		
	2016	2015
Saldo inicial	3	3
Atualização	1	-
Exclusão	(4)	-
Saldo final	-	3

**Principais processos em andamento com probabilidade de perda provável:** **Ações cíveis:** Em 31/12/2016 não existem ações judiciais de qualquer natureza (R\$3 em 31/12/2015), conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

**Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:**

Riscos cíveis

**Ações cíveis:** Em 31/12/2016 existem processos judiciais cíveis classificados pela Sociedade como perda possível, no montante de R\$5.932 (R\$16.974 em 31/12/2015), referente a ações de indenização de pescadores. **12. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** O capital social subscrito e integralizado, em 31/12/2016 e 2015 é de R\$119.167, dividido em 104.416.262 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) **Reserva de lucros:** b.1) **Reserva legal:** O estatuto social da Sociedade determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76. b.2) **Reserva de retenção de lucros:** O lucro remanescente após compensação dos prejuízos, constituição da reserva legal, distribuição do dividendo mínimo obrigatório e possível valor destinado pela Assembleia Geral para a distribuição de dividendos complementares limitados a 25% do lucro líquido ajustado após as deduções supracitadas e/ou para outras reservas de lucros que se façam necessárias, deverá ser destinado à Reserva de Retenção de Lucros até que seja obtida aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para distribuição aos acionistas. Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. Em 15/06/2016, por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data, os acionistas aprovaram a distribuição dos dividendos complementares referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2015, no valor de R\$1.850. c) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado da Sociedade, realizada em 01/01/2009 em conformidade com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial". Os valores serão transferidos à conta de "lucros acumulados" na mesma proporção em que o ativo imobilizado for depreciado. d) **Dividendos:** O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório valor não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2016	2015
Riscos cíveis	5.932	16.794
Ações cíveis:		
Saldo inicial	3	3
Atualização	1	-
Exclusão	(4)	-
Saldo final	-	3

**Cálculo dos dividendos**

	2016	2015
Lucro do exercício	5.293	7.796
Reserva legal	(265)	(390)
Base para cálculo dos dividendos	5.028	7.406
Dividendo mínimo obrigatório	(1.257)	(1.852)
Realização da avaliação patrimonial	1.614	1.614
Reserva de retenção de lucros	5.385	7.169

**13. Receita operacional líquida:** A receita líquida da Sociedade advém principalmente do fornecimento de energia, sendo composta como segue:

	2016	2015
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Consumidor especial		
Distribuidora de energia	44.373	40.841
MRE e CCEE (*)	1.828	6.473
	46.201	47.314

	2016	2015
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	(301)	(266)
COFINS	(1.389)	(1.227)
	(1.690)	(1.493)
Receita operacional líquida	44.511	45.821

(\*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

**14. Divulgação do custo e das despesas por natureza**

	2016	2015
Custo do serviço de energia elétrica		
Aquisição de energia elétrica - partes relacionadas	-	4.703
Royalties ANEEL	1.978	1.699
	1.978	6.402
Custo com a operação		
Depreciação e amortização	12.676	12.736
Manutenção	291	271
MRE/CCEE	2.463	754
Serviços de terceiros	2.433	2.253
Pessoal	21	12
Seguros	2.576	2.107
Impostos e taxas	25	14
Telecomunicações	91	80
Promoção e publicidade	-	36
Outros	189	175
	20.765	18.438
	22.743	24.840

Total do custo de geração de energia

Despesas gerais e administrativas

Ratão de despesas

Serviços de terceiros

Impostos e taxas

Outros

Total das despesas gerais e administrativas

	2016	2015
15. Outras despesas operacionais		
Perda na venda de ativos	(96)	(4.487)
Despesas com projetos	(2.685)	(41)
Outros	(24)	(16)
Total	(2.805)	(4.544)

**16. Resultado financeiro**

	2016	2015
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.712	884
	1.712	884
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(7.056)	(6.719)
Correção monetária UB	(1.103)	(1.042)
Outros	(416)	(10)
	(8.575)	(7.771)

**17. Imposto de renda e contribuição social**

	2016	2015
Imposto de renda	1.355	1.039
Contribuição social	663	532
Total do IR e contribuição social	2.018	1.571

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	2016	2015
Faturamento (fornecimento de energia)	46.201	46.201
Ajuste de base MRE/CCEE	-	(4.925)
	46.201	42.389
% para base de cálculo	8%	12%
Base de cálculo	3.696	5.544
Receitas financeiras	1.712	1.712
Outras receitas	101	101
Base de cálculo total	5.509	7.357
% do imposto (*)	25%	9%
	1.353	662
Outros	2	1
Total	1.355	663

(\*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9%, para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

**18. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

Partes relacionadas	Natureza da operação	Circulante 2016	2015
Ativo			
Brookfield Energia Renovável S.A. (b)	Nota de débito	1.277	-
		1.277	-
Passivo			
Itiquira Energética S.A. (a)	Compra de energia	-	568
Brookfield Energia Renovável S.A. (b)	Nota de débito	538	108
Brookfield Energia Renovável S.A. (c)	Dividendos	1.257	1.852
		1.795	2.528
Resultado			
Custos/despesas			
Itiquira Energética S.A. (a)	Compra de energia	-	4.703
		-	4.703

(a) Refere-se à compra e a venda de energia elétrica para empresas do grupo, com vencimento no mês posterior a sua ocorrência. Em função da flexibilidade contratual dos clientes e de eventuais opotunidades de mercado, mensalmente é verificado se os montantes solicitados pelos clientes estão compatíveis com a energia assegurada de cada UHE. Neste sentido, eventuais déficits podem ser cobertos por outras UHEs do portfólio da Brookfield Energia Renovável S.A. ("BER") ou por aquisições externas. (b) Refere-se ao rateio de despesas repassado para a Sociedade. (c) Dividendos mínimos do exercício de 2016 que serão pagos a controladora.

**19. Meio ambiente:** A Sociedade possui um Sistema de Gestão Ambiental baseada em normas ambientais internacionalmente aceitas que definem os requisitos para estabelecer e operar o Sistema de Gestão Ambiental. Os custos ambientais recorrentes estão diretamente relacionados à renovação

das licenças de operação e ao atendimento às condicionantes ambientais conforme determinado pelo órgão regulador ambiental. O total de custos com meio ambiente em 31/12/2016 foi de R\$497 (R\$615 em 31/12/2015), onde deste, R\$447 foram destinados para atendimento às condicionantes (R\$313 em 31/12/2015) e R\$50 foram destinados para convênio com a Polícia Ambiental. **20. Seguros:** A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31/12/2016 é de R\$162.211 (R\$153.180 em 31/12/2015) para os bens vinculados à autorização. A apólice de seguro mantida pela Companhia tem como proponente principal sua controladora Brookfield Energia Renovável S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as PCHs do grupo. A soma das indenizações pagas por danos materiais pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização de R\$440.119 (R\$538.400 em 31/12/2015). A cobertura para Lucros Cessantes referentes à compra de energia em 31/12/2016 não poderá exceder o limite máximo de indenização de R\$41.584 (R\$85.544 em 31/12/2015). A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em dezembro de 2015. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2016 e 2017 de 100% do Valor em Risco Total do maior risco. Seguindo a mesma métrica em 2015 e 2016, o maior risco são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II e III). A redução no valor de lucros cessantes se deve a cobertura de 12 meses de período indenitário de aquisição da energia não gerada no mercado *spot*. A projeção atual do PLD se deve em função da redução no despacho das térmicas e uma recuperação do nível dos reservatórios do país. **21. Instrumentos financeiros:** Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros: a) **Análise dos instrumentos financeiros:** A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. b) **Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:** Os ativos financeiros da Sociedade são classificados por meio do resultado ou por empréstimos e recebíveis, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015		
<b>Ativos financeiros</b>	<b>Rece- bivéis</b>	<b>resul- tado Total</b>	<b>Rece- bivéis</b>	<b>resul- tado Total</b>
Caixa e equivalentes de caixa	-	9.393	-	5.057
Contas a receber	6.753	-	6.753	5.279
Outras contas a receber	494	-	494	411
	7.247	9.393	16.640	5.057
			5.057	10.747

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. Empréstimos e recebíveis: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. Os passivos financeiros da Sociedade são classificados como valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015		
<b>Passivos financeiros</b>	<b>Rece- bivéis</b>	<b>resul- tado Total</b>	<b>Rece- bivéis</b>	<b>resul- tado Total</b>
Contas a pagar	-	2.650	2.650	-
Empréstimos e financiamentos	71.689	-	71.689	78.521
Uso do bem público	-	31.926	31.926	-
	71.689	34.576	106.265	78.521
				35.770
				114.291

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado. Em 31/12/2016 e de 2015, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: • **Caixa e bancos:** Estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. • **Aplicações financeiras:** São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais. • **Contas a receber e outras contas a receber:** São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • **Empréstimos:** São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente. A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2016 e 2015. c) **Mensuração do valor justo:** A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes

instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado: (a) Nível 1 - A mensuração do valor justo é derivada e os preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	9.393	5.057
Contas a pagar	2.650	2.171
Uso do bem público	31.926	33.599

(b) Nível 2 - Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente. (c) Nível 3 - A mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 2 ou 3 em 31/12/2016 e de 2015. d) **Gestão de risco:** As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais. A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a variação cambial pode ocorrer, após análise do risco pela administração da Sociedade, simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são: (i) **Risco de crédito:** Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. O risco de incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador. Geralmente mediante a avaliação da análise de risco do cliente, é exigido que a contraparte do (PPA) apresente algumas modalidades de garantia como: fiança corporativa, carta fiança, seguro garantia ou CDB caucionado a fim de mitigar um possível atraso do recebimento de valores. (ii) **Risco de liquidez:** Representa o risco de escassez e a dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem. (iii) **Risco de concentração de carteira de clientes:** A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, possuindo desta forma concentração de sua carteira. Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras e gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência. (iv) **Risco de taxa de juros:** Risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas. A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação. (v) **Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos:** Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração, por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendidos plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações. (vi) **Risco hidrológico:** De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados. Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE. Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. (vii) **Risco de não renovação da concessão:** A Sociedade detém concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados. A concessão outorgada hoje à Sociedade poderá ser prorrogada pelo Poder Concedente, mantidas as condições regulatórias vigentes, pelo prazo de 20 anos. e) **Derivativos:** Durante os exercícios de 2016 e de 2015, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

**22. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras:** A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 05 de maio de 2017.

**Henrique Carsalade Martins** - CEO. **Thomas Douglas Corbett** - CFO. **Hamilton Ferreira da Silva** - Contador - CRC: ISP-217225-O CPF: 084.116.448-71.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Aos Acionistas e Administradores da Barra do Braúna Energética S.A. Juiz de Fora - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Barra do Braúna Energética S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barra do Braúna Energética S.A. em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua sustentabilidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a

auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mant

## KINROSS PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ 29.398.922/0001-80

1/3

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Em milhares de R\$)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015		2016	2015	2016	2015
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	81	1.251	163.302	321.617	Fornecedores	-	-	199.808	121.858
Contas a Receber	-	-	54.427	3.827	Tributos a receber	1	1.283	19.404	25.352
Estoque (nota 6)	-	-	301.091	299.319	Salários e encargos sociais	-	-	50.146	44.031
Tributos a Recuperar (nota 7)	7	254	43.571	39.173	Provisão para fechamento de mina (nota 13)	-	-	13.338	23.807
Ganhos não realizados com derivativos (nota 18)	-	-	26.181	-	Perdas não realizadas com derivativos (nota 18)	-	-	-	25.698
Outros Realizáveis	-	-	15.699	33.682	Obrigações com empresas ligadas (nota 9)	910	934	1.620	3.041
Curto Prazo (nota 8)	88	1.505	604.272	697.618	Outras contas a pagar	20	-	789	899
						931	2.217	285.105	244.686
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
Ganhos não realizados com derivativos (nota 18)	-	-	3.927	-	Outras contas a pagar	-	-	2.774	3.029
Depósitos Judiciais	509	509	15.655	12.354	Provisão para fechamento de mina (nota 13)	-	-	237.905	304.210
Tributos a Recuperar (nota 7)	960	960	41.658	150.767	Provisão para perdas em investimentos	17.759	17.785	-	-
Estoque (nota 6)	-	-	75.484	66.708	Imposto de Renda e contribuição social diferidos (nota 14)	-	-	429.471	728.105
Créditos com Controladas e Coligadas (nota 9)	473	473	10.375	9.225	Provisão para contingências (nota 12)	14.716	15.969	275.336	253.563
Outros Realizáveis	-	-	14.301	21.854		32.475	33.754	945.486	1.288.907
Investimentos	1.087.561	1.123.596	-	-	<b>Patrimônio líquido (nota 15)</b>				
Imobilizado (nota 10)	-	-	4.493.223	5.483.784	Capital Social	771.572	771.572	771.572	771.572
Intangível (nota 11)	1.021.077	1.223.376	1.033.119	1.249.513	Reservas de Capital	29.764	29.764	29.764	29.764
	2.110.581	2.348.914	5.687.742	6.994.204	Ajuste acumulado de conversão de avaliação patrimonial	612.532	919.384	612.532	919.384
					Reserva de Lucros	5.220	(4.124)	5.220	(4.124)
					Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	658.175	597.851	658.175	597.851
					Participação dos não controladores	2.077.263	2.314.447	2.077.263	2.314.447
					Total do passivo e patrimônio líquido	2.077.263	2.314.447	5.061.423	6.158.228
<b>Total do ativo</b>	<b>2.110.669</b>	<b>2.350.418</b>	<b>6.292.014</b>	<b>7.691.822</b>					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Em milhares de R\$)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de conversão de avaliação patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Total
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>771.572</b>	<b>29.764</b>	<b>-</b>	<b>141.343</b>	<b>(3.262)</b>	<b>699.723</b>	<b>1.639.140</b>	<b>2.850.354</b>	<b>4.489.494</b>
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(89.282)	(89.282)	(320.981)	(410.263)
Ajuste acumulado de conversão de avaliação patrimonial	-	-	-	778.041	-	-	778.041	1.344.568	2.122.609
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(862)	-	(862)	15.612	14.750
Opções de ações outorgadas no exercício	-	-	-	-	-	(12.590)	(12.590)	(47.464)	(60.054)
Constituição de Reserva de Lucro	-	-	597.851	-	-	(597.851)	-	-	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>771.572</b>	<b>29.764</b>	<b>597.851</b>	<b>919.384</b>	<b>(4.124)</b>	<b>-</b>	<b>2.314.447</b>	<b>3.843.781</b>	<b>6.158.228</b>
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	60.324	60.324	270.185	330.509
Redução do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	(338.350)	(338.350)
Ajuste acumulado de conversão de avaliação patrimonial	-	-	-	(306.852)	-	-	(306.852)	(821.460)	(1.128.312)
Opções de ações outorgadas no exercício	-	-	-	-	9.344	-	9.344	27.681	37.025
Constituição de Reserva de Lucro	-	-	60.324	-	-	(60.324)	-	-	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>771.572</b>	<b>29.764</b>	<b>658.175</b>	<b>612.532</b>	<b>5.220</b>	<b>-</b>	<b>2.077.263</b>	<b>2.984.160</b>	<b>5.061.423</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1 Contexto operacional**  
A Kinross Participações Ltda. (Sociedade) é uma sociedade limitada que tem como objeto social a promoção e participação em empreendimentos comerciais e industriais, notadamente no setor de mineração, podendo participar do capital de outras sociedades como quotista ou acionista. A Sociedade é subsidiária integral do grupo Kinross Gold Corporation, sediado em Toronto, Canadá, e com ações listadas nas bolsas de Toronto (TSX) e Nova Iorque (NYSE). Em 31 de dezembro de 2016, as principais controladas operacionais consolidadas e investimentos de controle compartilhado que consolidam proporcionalmente são: • Kinross Brasil Mineração S.A. – “KBM” ou “companhia” (participação de 26,71% do capital votante); sociedade anônima de capital fechado cujas atividades contemplam a lavra e beneficiamento de ouro; • Companhia Nacional de Mineração S.A. – “CNM” (participação de 100% do capital votante); Pesquisa e exploração mineral; • Volta Grande Mineração Ltda. (Participação de 50%); Sociedade limitada destinada ao beneficiamento e lavra de minério e outros metais, que está atualmente com suas atividades paralisadas.

**2 Bases e apresentação das demonstrações contábeis**  
As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária. **2.1. Base de preparação - Declaração de conformidade com relação às normas IFRS e às normas do CPC:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo contra o resultado do exercício. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International

Accounting Standard Board (“IASB”), seriam pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da sociedade controladora em suas demonstrações contábeis. **2.2. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que incluem as demonstrações financeiras das controladas, foram elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e os dispositivos legais aplicáveis. Saldos, quaisquer receitas, despesas e lucros não realizados e derivados de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

**Razão social das sociedades (“Controladas”)**

	Sede	% de participação	
		2016	2015
Kinross Brasil Mineração S.A.	Brasil	26,71%	22,62%
CNM – Cia Nacional de Mineração S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
Volta Grande Mineração Ltda.	Brasil	50,00%	50,00%

Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas sociedades consolidadas e são condizentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as Companhias e Empresa do grupo, tais como receitas, despesas, ganhos e perdas não realizadas, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo. Os principais procedimentos de consolidação são: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre sociedades consolidadas; • Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das sociedades consolidadas; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as sociedades.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Em milhares de R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida (nota 17)	-	-	2.012.018	1.805.595
Custo dos produtos vendidos (nota 17)	-	-	(1.595.360)	(1.675.562)
<b>Lucro bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>416.658</b>	<b>130.033</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(447)</b>	<b>(1.572)</b>
Despesas de exploração e administrativas	(90)	291	(17.059)	(12.881)
Provisão para contingências	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	61.736	(93.340)	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	1.248	(1.930)	(256.162)	(31.783)
	62.894	(94.979)	(273.668)	(46.236)
<b>Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>	<b>62.894</b>	<b>(94.979)</b>	<b>142.990</b>	<b>83.797</b>
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(57)	(34)	(39.337)	(19.256)
Variações cambiais líquidas	(2.513)	5.731	(15.596)	(205)
	(2.570)	5.697	(54.933)	(19.461)
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>60.324</b>	<b>(89.282)</b>	<b>88.057</b>	<b>64.336</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente (nota 14)	-	-	242.453	(474.599)
	-	-	242.453	(474.599)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>60.324</b>	<b>(89.282)</b>	<b>330.509</b>	<b>(410.263)</b>
<b>Lucro atribuível a</b>				
Participação dos não controladores	-	-	270.186	(320.981)
Acionistas controladores	-	-	60.324	(89.282)
	-	-	330.509	(410.263)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Em milhares de R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício	60.324	(89.282)	330.509	(410.263)
Ganhos (Perdas) na conversão de moedas	(306.852)	778.041	(1.128.313)	2.122.609
Ganhos (Perdas) sobre hedge de fluxo de caixa	14.158	(1.307)	56.099	22.347
Impostos diferidos sobre hedge de fluxo de caixa	4.814	445	19.074	(7.598)
<b>Resultado abrangente total do exercício atribuível a</b>	<b>(227.557)</b>	<b>687.897</b>	<b>(722.631)</b>	<b>1.727.095</b>
Acionistas controladores	(227.557)	687.897	(227.557)	687.897
Participação dos não controladores	-	-	(495.074)	1.039.199
	(227.557)	687.897	(722.631)	1.727.095

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 3 Resumo das principais práticas contábeis

**3.1 Principais práticas contábeis:** (i) Moeda funcional e moeda de apresentação: A Companhia definiu o Dólar Norte-Americano como sua moeda funcional. Transações realizadas em moeda diferente da moeda funcional são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda diferente da moeda funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. **Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda diferente da moeda funcional** são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Em conformidade ao “IAS 21 The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates”, as demonstrações financeiras foram convertidas para Real, como moeda de apresentação, através dos seguintes procedimentos: - os ativos e passivos para cada item do balanço patrimonial apresentado foram convertidos utilizando a taxa de fechamento na data do respectivo balanço (R\$3.2591 e R\$3.9048 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente). - o patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do período anterior conforme convertido à época; as mutações do patrimônio líquido durante o período corrente foram convertidas pela taxa de suas respectivas datas; - as receitas e despesas foram convertidas utilizando as taxas cambiais em vigor nas datas das transações; e - as variações cambiais resultantes dos itens descritos acima foram reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, denominada Ajuste Acumulado de Conversão. (ii) Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem custos, despesas e receitas, bem como os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado, são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda. A receita de vendas de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. (iii) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com os padrões internacionais de contabilidade requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para devedores duvidosos, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. (iv) Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em caixa restrito, contas a receber, outros ativos, adiantamento sobre contratos de câmbio, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros passivos. Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros são reconhecidos no momento inicial como mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia não detém instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são Inicialmente reconhecidos, e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos no valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado, no resultado financeiro. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. **Hedges de fluxo de caixa:** A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas diferentes da sua moeda funcional. As alterações no valor justo do instrumento derivativo de proteção designado como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na medida em que o hedge é considerado efetivo. Se o hedge for considerado inefetivo, as alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Se o instrumento de hedge deixar de cumprir os critérios para a contabilidade de operação de hedge (“*hedge accounting*”) expira ou é vendido, terminado ou exercido, a contabilidade de operação de hedge é descontinuada prospectivamente. O ganho ou perda acumulado anteriormente reconhecido no patrimônio líquido

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Em milhares de R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>60.324</b>	<b>(89.282)</b>	<b>60.324</b>	<b>(89.282)</b>
<b>Ajuste para conciliar o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>				
Parcela do lucro atribuída aos não controladores	-	-	245.551	(320.487)
Depreciação e amortização	-	-	307.330	319.652
Opções de ações	-	-	3.169	2.187
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(318.016)	411.562
Resultado na venda de ativo	-	-	-	(420)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(1.252)	255	(1.252)	255
Ganho na venda de Ativos	-	-	186	-
Equivalência patrimonial	(61.736)	93.340	-	-
Variações monetárias, juros e outros	2.516	(5.728)	86.861	169.072
	(148)	(1.415)	384.153	492.539
<b>(Aumento)/redução nos ativos operacionais</b>				
Estoques	-	-	(74.985)	(20.337)
Tributos a recuperar	247	2.299	(64.960)	6.976
Créditos com empresas ligadas	-	-	-	(25.310)
Contas a Receber	-	-	(27.928)	(4)
Outros ativos	247	2.299	(167.876)	(38.671)
<b>Aumento/(redução) nos passivos operacionais</b>				
Fornecedores	20	-	77.979	28.572
Obrigações com empresas ligadas	(6)	(106)	(6)	(106)
Tributos a recolher	(1.283)	(1.218)	(5.949)	12.429
Pagamentos de obrigações para fechamento de mina	-	-	32.291	(4.013)
Outras contas a pagar	(1.269)	(1.324)	103.985	3.458
			103.985	40.340
<b>Caixa líquido proveniente/ utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(1.170)</b>	<b>(440)</b>	<b>320.261</b>	<b>494.208</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de ativos imobilizados e intangível	-	-	(368.799)	(346.290)
Receita na venda de ativos	-	-	(7.227)	-
Dividendo recebido	13.873	-	-	81.486
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>-</b>	<b>13.873</b>	<b>(368.799)</b>	<b>(272</b>

**KINROSS PARTICIPAÇÕES LTDA.**

CNPJ 29.398.922/0001-80

2/3

... continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FUNDOS**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil do Grupo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método de unidades produzidas para os ativos relacionados à barragem de rejeitos, tanques específicos, edificações e infraestrutura e pelo método linear para os demais ativos, levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, com base nas taxas mencionadas nas Notas Explicativas nº 9 e 10. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. (viii) Gastos com estudos e pesquisas minerais: Gastos com pesquisas minerais são considerados como despesas operacionais até a comprovação efetiva da viabilidade econômica e exploração comercial de uma determinada jazida. A partir de então, os gastos incorridos são capitalizados como custos de desenvolvimento de mina. (ix) Passivo circulante e não circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. (x) Pagamento baseado em ações: Os efeitos dos programas de remuneração baseada em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas. (xi) Arrendamento mercantil ("Lease"): A Companhia classifica seus contratos como arrendamento financeiro ou operacional, com base na substância da operação contratada estar ou não vinculada à aquisição substancial dos riscos e benefícios advindos dos ativos ao longo de sua vida útil. Nos arrendamentos operacionais, os pagamentos efetuados são reconhecidos linearmente durante a vigência do contrato como custo ou despesa no resultado. Nos contratos de arrendamento financeiro, o menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento é registrado no ativo imobilizado com contrapartida da correspondente obrigação registrada no passivo. (xii) Juros sobre o capital próprio (Cálculo): A Kinross pode distribuir juros sobre o capital próprio. O cálculo é baseado nos valores do patrimônio líquido e na taxa de juros aplicada, que não pode exceder a taxa de juros de longo prazo ("TJLP") determinada pelo Banco Central do Brasil. Além disso, tais juros não poderão exceder 50% do lucro líquido do exercício ou 50% dos lucros acumulados mais as reservas de lucros, conforme determinado pela lei societária brasileira. O benefício para a Kinross, em contraposição ao um pagamento de dividendos, é uma redução nos encargos com o imposto de renda, pois estas despesas de juros são dedutíveis no Brasil. O imposto de renda de 15% é retido na fonte em nome dos acionistas em relação à distribuição dos juros. Segundo a legislação brasileira, os juros sobre o capital próprio é considerado como parte do dividendo mínimo anual. Esta distribuição de juros nominais é tratada para fins contábeis como dedução do patrimônio líquido de maneira similar a um dividendo e o crédito fiscal registrado no resultado. (xiii) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram analisados em conformidade com o pronunciamento técnico "IAS 12 Income Taxes", considerando o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. Os impostos diferidos sobre diferenças temporárias são reconhecidos baseado nas diferenças entre o valor contábil e a base fiscal de ativos e passivos. (xiv) Provisão para fechamento de mina: Os gastos futuros relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais para fechamento de mina são capitalizados no ativo imobilizado, tendo como contrapartida a provisão para fechamento de mina. O valor presente das obrigações para fechamento de mina são reavaliadas anualmente, ou quando novas informações relevantes se tornam disponíveis. Os ajustes decorrentes das reavaliações anuais são registrados no ativo e no passivo correspondentes. O valor presente das obrigações para fechamento de mina é determinado utilizando uma taxa de juros livre de risco. 3.2 Novos IFRS e interpretações do IFRIC: (i) Instrumentos financeiros: Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis. (ii) Receita de contratos com Clientes: Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços envolvidos para o cliente, em valores que reflitam o pagamento ao qual a companhia espera ter direito na transferência desses bens e serviços, e substitui o IAS 18 - Revenue, o IAS 11 - Construction contracts e as interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis. (iii) Arrendamento Mercantil: Em janeiro de 2016 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos). O IFRS 16 substitui o IAS 17 - Leases e interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis. (iv) Transações em Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados: Em dezembro de 2016, o IASB emitiu a interpretação "Transações em Moeda Estrangeira e Considerações Antecipadas" ("IFRIC 22"). A IFRIC 22 é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, e permite a adoção antecipada. Esta interpretação define qual a data deve ser usada para conversão do saldo para moeda funcional quando uma transação em moeda estrangeira envolve um adiantamento ou recebimento antecipado. A interpretação esclarece que a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio que deverá ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou rendimento (ou parte dele) é a data em que uma entidade reconhece inicialmente os ativos não monetários ou obrigações não monetárias decorrentes dos pagamentos ou recebimentos de antecipações. A Companhia pretende adotar a IFRIC 22 em suas demonstrações financeiras para o período anual iniciado em 1º de janeiro de 2018. A Companhia está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

**4 Gestão de riscos**  
A Kinross entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar seu plano de crescimento, planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), mas também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos inadequados ou deficientes, pessoas, sistemas ou eventos externos (risco operacional), e aqueles oriundos do risco de liquidez, dentre outros.

**5 Caixa e equivalentes de caixa**  
Moeda local composta por: Certificado de Depósito Bancário com remuneração média de 98% do CDI, liquidez imediata. Moeda estrangeira: Overnight e Time Deposit em USD com remuneração média de 0,11% a.a. e liquidez imediata:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e contas correntes bancárias				
No país	1	9	638	256
No exterior	-	-	8.148	9.762
	1	9	8.786	10.018
Aplicações financeiras (i)	80	1.242	154.517	311.599
	80	1.242	154.517	311.599
Total	81	1.251	163.302	321.617

**6 Estoques**  
Os saldos da rubrica de estoques estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Circulante</b>				
Produtos acabados	-	-	50	4.837
Produtos em elaboração	-	-	81.282	43.147
Materiais de consumo e almoxarifado	-	-	212.833	267.839
Pilha de minério	-	-	33.099	12.084
Importação em Andamento	-	-	1.091	586
Adiantamento à Fornecedores	-	-	8.126	4.045
Provisão para Obsolescência	-	-	(35.396)	(33.336)
Outros	-	-	6	117
<b>Total</b>	-	-	301.091	299.319

**Não-circulante**  
Pilhas de minério (i) - - - 75.484 66.708  
Total - - - 376.575 366.027

(i) Pilhas de minério incluem material de baixo teor que será utilizado em exercícios futuros subsequentes há doze meses.

**7 Tributos a recuperar**  
Os saldos da rubrica de tributos a recuperar estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda e contribuição social	-	-	15.255	15.868
PIS e COFINS	-	-	26.471	21.517
Outros	7	254	1.845	1.788
<b>Total circulante</b>	7	254	43.571	39.173
<b>Não-circulante</b>				
ICMS	-	-	31.338	161.033
Provisão para ajuste ao valor de realização - ICMS	-	-	(4.387)	(22.544)
PIS e COFINS	-	-	13.742	11.313
Outros	960	960	965	965
<b>Total não-circulante</b>	960	960	41.658	150.767
<b>Total</b>	967	1.214	85.229	189.940

(i) Em função de alterações na legislação tributária do ICMS, a companhia realizou um acordo com o Estado para a liquidação de 4

**10. Imobilizado**

	Terrenos	Construções e edificações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Ativos para fechamento da mina	Desenvolvimento de produtos	Lixiviação / Barragem	Outros Ativos	Imobilizado em andamento	Imobilizado Total
<b>Custo</b>											
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	158.099	1.208.981	98.672	1.493.882	545.628	320.817	209.025	1.360.903	94.616	193.725	5.684.348
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	346.289	346.286
Transferências	813	21.038	7.980	130.603	36.797	(121.620)	6.466	52.631	7.144	(266.312)	(124.460)
Alienações/Baixas	(448)	-	-	-	(4.739)	-	-	-	-	-	(5.187)
Outros (Reclassificações)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	(299)
Entre Contas	-	(10.718)	(300)	10.718	(2)	-	-	-	-	-	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	74.270	574.198	50.259	766.028	267.281	(12.182)	102.249	656.791	45.146	21.338	2.545.378
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	232.734	1.793.499	156.611	2.401.231	844.965	187.015	317.740	2.070.325	146.906	295.043	8.446.069
<b>Depreciação acumulada</b>											
<b>Saldos Líquido em 31 de dezembro de 2014</b>	(342.148)	(46.627)	(430.169)	(263.320)	(58.796)	(111.915)	(398.747)	(30.426)	-	-	(1.682.148)
Depreciação no período	(38.802)	(5.428)	(112.081)	(58.084)	(10.210)	(1.606)	(42.954)	(963)	-	-	(270.128)
Alienações/Baixas	2	138	-	4.278	-	-	-	-	-	-	4.418
Outros (Reclassificações)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entre Contas	-	267	(267)	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	(188.550)	(31.963)	(265.644)	(131.307)	(41.986)	(63.358)	(258.332)	(33.287)	-	-	(1.014.427)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	(569.231)	(83.880)	(808.161)	(448.433)	(110.992)	(176.879)	(700.033)	(64.676)	-	-	(2.962.285)
<b>Custo</b>											
<b>Saldos Líquido em 31 de dezembro de 2015</b>	232.734	1.793.499	156.611	2.401.231	844.965	187.015	317.740	2.070.325	146.906	295.043	8.446.069
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	370.454	370.454
Transferências	14.719	25.978	4.432	36.723	20.399	(17.885)	5.376	99.233	11.399	(223.465)	(5.206)
Alienações/Baixas	(148)	-	(156)	(21)	(15.047)	-	-	-	(873)	-	(34.130)
Outros (Reclassificações)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entre Contas	-	906	(796)	-	-	-	-	-	24	-	134
Efeito das variações das taxas de câmbio	(33.851)	(298.187)	(263.711)	(399.061)	(154.489)	(47.973)	(52.680)	(351.711)	(24.792)	(44.876)	(1.433.991)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	213.454	1.522.196	134.516	2.038.076	695.828	121.157	270.436	1.817.847	132.664	397.156	7.343.330
<b>Depreciação acumulada</b>											
<b>Saldos Líquido em 31 de dezembro de 2015</b>	(569.231)	(83.880)	(808.161)	(448.433)	(110.992)	(176.879)	(700.033)	(64.676)	-	-	(2.962.285)
Depreciação (Amortização) no período	(39.283)	(5.879)	(123.393)	(57.529)	(13.567)	(2.846)	(17.592)	(43.228)	(11.850)	(505)	(301.600)
Alienações/Baixas	124	17	13.567	-	-	-	-	-	-	-	14.213
Outros (Reclassificações)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entre Contas/dif. taxa	1.675	(4.804)	19.816	6.927	150	8.835	(3.553)	(1.729)	-	-	27.317
Efeito das variações das taxas de câmbio	75.779	8.811	77.122	78.022	15.783	24.925	85.952	5.855	-	-	372.249
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	(531.060)	(85.628)	(834.599)	(407.446)	(97.906)	(160.711)	(660.862)	(71.895)	-	-	(2.850.106)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	232.734	1.224.268	72.731	1.593.070	396.532	76.023	140.861	1.370.292	82.230	295.043	5.483.784
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	213.454	991.136	48.888	1.203.477	288.382	23.251	109.725	1.156.985	60.769	397.156	4.493.223

(\*) Os ativos relativos a edificações e construções e para fechamento de mina são calculados pelo método de unidades produzidas de acordo com a reserva estimada da mina. As aquisições de bens e direitos são registradas em imobilizado em andamento até a entrada em operação, quando são transferidos para as contas adequadas de imobilizado, de acordo com sua natureza. Conforme determina o CPC 01 "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", a Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2016 e 2015 se havia algum indicativo de que seus ativos imobilizado e intangível estejam avaliados por valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. A Companhia concluiu que não há indicativos de não realização de seus ativos e, portanto, nenhum ajuste é requerido.

**11. Intangível**

	Controladora		Consolidado	
	Agio na aquisição de negócios	Direito de uso de software	Agio na aquisição de negócios	Direito de uso de software
<b>Custo</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	832.189	832.189	837.938	24.004
Aquisições	-	-	-	-
Baixas	-	(5.749)	-	(5.749)
Amortizações	-	-	(3.490)	(3.490)
Transferências e reclassificações	-	-	-	1.112
Efeito das variações das taxas de câmbio	391.187	391.187	391.187	4.511
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	1.223.376	1.223.376	1.223.376	26.137
<b>Custo</b>				
<b>Total</b>	1.223.376	1.223.376	1.223.376	96.793
Amortização acumulada	-	-	(70.656)	(70.656)
<b>Valor</b>				
<b>Contábil</b>	1.223.376	1.223.376	1.223.376	26.137
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	1.223.376	1.223.376	1.223.376	26.137
Aquisições	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Amortizações	-	-	(4.215)	(4.215)
Transferências e reclassificações	-	-	-	(838)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(202.299)	(202.299)	(202.299)	(9.042)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	1.021.077	1.021.077	1.021.077	12.042
<b>Custo Total</b>	1.021.077	1.021.077	1.021.077	84.066
Amortização acumulada	-	-	(72.024)	(72.024)
<b>Valor</b>				
<b>Contábil</b>	1.021.077	1.021.077	1.021.077	12.042

processos administrativos, envolvendo o estorno e a utilização de parte do seu crédito acumulado, no montante aproximado de R\$ 222 milhões.

**8 Outros ativos**  
Os saldos da rubrica "Outros Ativos" estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Circulante</b>				
Despesas pagas antecipadamente	-	-	6.179	5.455
Adiantamentos a empregados	-	-	42	4.428
Crédito de ICMS vendido a receber	-	-	19.719	22.790
Outros créditos a receber	-	-	(10.241)	1.009
<b>Total circulante</b>	-	-	15.699	33.682
<b>Não-circulante</b>				
Crédito de ICMS vendidos a receber	-	-	14.301	21.854
<b>Total do não-circulante</b>	-	-	14.301	21.854
<b>Total</b>	-	-	30.000	55.536

**9 Partes relacionadas**  
Os principais saldos

**KINROSS PARTICIPAÇÕES LTDA.**

CNPJ 29.398.922/0001-80

3/3 ... continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**16 Pagamento baseados em ações**

A matriz da Companhia no Canadá concede aos administradores no Brasil os planos para pagamentos baseados em ações denominados Restricted Share Units ("RSU") e Share Option Plan ("SOP"). Estes planos são exercíveis ao longo de 3 anos após a data de concessão, sendo 1/3 exercível a cada ano. A movimentação dos planos nos exercícios de 2016 e de 2015 é como segue:

	2016		2015	
	Quantidade	Preço médio do exercício (CAD)	Quantidade	Preço médio do exercício (CAD)
<b>RSU</b>				
Saldos em 1º de janeiro	363.543	4,61	271.019	6,64
Concedidas	330.078	4,22	254.064	3,82
Exercidas	(180.387)	5,22	(101.708)	7,3
Reinvestidas	(24.641)	5,19	(59.832)	5,9
Canceladas				
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b>488.593</b>	<b>4,08</b>	<b>363.563</b>	<b>4,61</b>

	2016		2015	
	Quantidade	Preço médio do exercício (CAD)	Quantidade	Preço médio do exercício (CAD)
<b>SOP denominadas em dólar canadense</b>				
Saldos em 1º de janeiro	190.434	7,47	157.551	10,59
Concedidas	88.405	4,17	57.812	3,73
Exercidas	(19.270)	3,73		
Canceladas			(24.929)	18,52
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b>259.569</b>	<b>7,09</b>	<b>190.434</b>	<b>7,47</b>

O preço médio ponderado da ação, na data de exercício das SOP exercidas em 2016, foi nulo (nulo em 2015). O preço de exercício para as SOP variam de CAD 3,73 a CAD 19,23 com tempo remanescente médio ponderado de 4,6 anos. As seguintes premissas foram utilizadas para cálculo do valor justo dos planos de pagamentos

baseados em ações, utilizando a metodologia Black and Scholes:

	2016	2015
Preço Médio Ponderado das Ações	4,17	3,73
Taxa de dividendos esperada	0,00%	0,00%
Volatilidade esperada	56,9%	43,3%
Taxa livre de risco	0,6%	0,6%
Duração esperada dos planos (em anos)	4,5	4,5
Média ponderada do valor justo por opção de ação (CAD)	1,92	1,35

**17 Receitas**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de vendas	-	-	2.015.352	1.805.970
Impostos sobre vendas	-	-	(3.334)	(375)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.012.018</b>	<b>1.805.595</b>
Custo dos produtos vendidos	-	-	(1.595.360)	(1.675.562)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>416.658</b>	<b>130.033</b>

**18 Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. A Companhia não efetua operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos.

**Ativo circulante**

	2016	2015
Contratos futuros de câmbio	26.181	-
<b>Ativo não circulante</b>	<b>3.927</b>	<b>-</b>
Contratos futuros de câmbio	3.927	-

... continuação

**Passivo circulante**

	2016	2015
Contratos futuros de câmbio	-	(25.698)
Swaps de taxa de juros	-	(25.698)
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Contratos futuros de câmbio	30.108	(25.698)

**18.1 Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática o recebimento a vista da maioria das vendas de ouro e prata. Para as vendas a prazo, uma criteriosa análise de crédito dos clientes é efetuada para mitigar estes riscos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, assim como trabalha constantemente para diversificar esse risco dentre suas várias contrapartes bancárias.

**18.2 Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos:** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando acompanhar os movimentos de mercado realizando vendas periódicas e regradas.

**18.3 Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

**18.4 Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas diferentes da moeda funcional utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de proteção com derivativos para mitigar esses riscos.

**18.5 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua

operação, principalmente o risco de oscilações de moedas diferentes da sua moeda funcional. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são classificados como *hedges* de fluxo de caixa. O valor justo estimado para os contratos de derivativos é determinado com base em taxas de mercado cotadas para contratos semelhantes e representam o valor que a Companhia pagaria a ou receberia de uma contraparte independente para desfazer sua posição tendo em vista as taxas de mercado na data das demonstrações financeiras. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

**19 Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 1.775.000.000,00 (1º risco - Zurich) e R\$ 864.081.968,00 (2º risco - AIG) em excesso a R\$ 1.728.163.936,00 da apólice de 1º Risco emitida pela Zurich para danos materiais e lucros cessantes (1º risco - R\$ 1.500.000 em 2015) (2º risco - R\$ 1.507.650 em 2015). Para responsabilidade civil o valor de cobertura era de R\$ 88.750.000,00 - Zurich Zurich (R\$ 75.852 em 2015).

**20 Eventos subsequentes**

De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

Antonio Carlos Saldanha Marinho  
Presidente Brasil

Gustavo de Andrade Geovanini  
CRC/MG-075540/O-2

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Quotistas da KINROSS PARTICIPAÇÕES LTDA.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da KINROSS PARTICIPAÇÕES LTDA. (Entidade), identificadas como Controladora e Controlada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da KINROSS PARTICIPAÇÕES LTDA., em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria

obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais

distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das atividades de negócio da Entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2017.

LCC AUDITORES INDEPENDENTES  
CRC Nº 2SP029650/O-4

Marcello Lopes dos Santos  
Contador - CRC Nº 1SP188429/O-2 S-MG

# Ação Promove

**SABARÁ**

**28/05**  
Domingo

**9h**

**Atendimentos gratuitos**

- Promove Empregos
- Odontologia, Oftalmologia
- Oficinas de beleza
- Documentos, Atendimento Jurídico
- Exames preventivos e muito mais...

Bolsas garantidas de até\*

**90%**

**Vestibular**  
2/2017

+ de 50 opções de cursos  
**INSCRIÇÕES GRATUITAS**

**LOCAL DO EVENTO**

E. E. General Carneiro  
R. Rio Grande do Sul, 439 - Vila Rica, Sabará

**(31) 98488-7050**

**0800 031 2103**

**INSCREVA-SE**  
vestibularunificado.com.br

**Bradesco**  
**LEILÃO PRESENCIAL E ONLINE DE CASA - LIMEIRA DO OESTE/MG**  
1º Leilão: 20/06/2017, às 14h00 2º Leilão: 28/06/2017, às 14h00  
ZUKERMAN LEILÕES  
EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE - Fabio Zukerman, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 719, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pela Kirton Bank S.A – Banco Múltiplo, inscrita no CNPJ sob nº 01.701.201/0001-89, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infraditados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presenciais e on-line: Escritório do leiloeiro à Avenida Angélica nº 1.996, 3º andar, em São Paulo-SP. Localização do imóvel: **Limeira Do Oeste/MG, Bairro Morumbi**, Avenida Maranhão, nº 490 (parte do Lt.01 da qd. 02). Casa: Áreas totais: terr. 174,00m² e constr. 65,49m². Matr. 24.245 do RI de Iturama/MG. Obs.: Numeração predial pendente de averbação no RI, regularização e encargos correrão por conta do arrematante. Ocupada. (AF). 1º Leilão: 20/06/2017, às 14h00. Lance mínimo: R\$ 105.029,57. 2º Leilão: 28/06/2017, às 14h00. Lance mínimo: R\$ 82.552,53 (caso não seja arrematado no 1º leilão). Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. Informações: (11) 2184-0900 ou e-mail: [convato@zukunft.com.br](mailto:convato@zukunft.com.br) - Os interessados devem consultar o edital completo disponível nos sites: [www.bradesco.com.br](http://www.bradesco.com.br) e [www.zukunft.com.br](http://www.zukunft.com.br)

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS - FEPEM - Aviso de Licitação - Tomada de Preços 07/2017 - A Fundação Educacional de Patos de Minas torna público a realização da Tomada de Preços 07/2017. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento e instalação de brises metálicos para controle solar, nas fachadas do bloco A da Fundação Educacional de Patos de Minas - FEPEM, mantenedora do Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM, conforme Termo de Referência e Projetos contidos no edital. Sessão de recebimento de propostas até às 14h e 30 min do dia 21/06/2017, na sala da CPL, e abertura às 15h do mesmo dia. Informações pelo tel: 34 3823-0349, e-mail [licita@unipam.edu.br](mailto:licita@unipam.edu.br), site: [licitacao.unipam.edu.br](http://licitacao.unipam.edu.br). Patos de Minas, 25/05/2017. Cynthia M. Santos, Presidente CPL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA**  
Aviso de Licitação: Proc. 042/2017. Pregão Presencial. 027/2017.  
Obj: Contratação de empresa para prestar serviços especializados em gestão tributária voltada para recuperação e incremento das receitas tributárias e transferências intergovernamentais. Credenciamento: Das 14h às 14h15min em 08/06/2017. Abertura: 14h15min em 08/06/2017. Info.das 12 às 17h pelo email: [compras@ressaquinha.mg.gov.br](mailto:compras@ressaquinha.mg.gov.br), e pelo telefone (32) 3341-1259.

**MUNICÍPIO DE CURVELO/MG**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL 031/2017**  
Objeto: Registro de preços para fornecimento de grama zoysia japônica. A sessão do Pregão será à Av. D. Pedro II, Nº 487, dia 8/6/17 às 9h. Inf./retirada Edital: Deptº. Suprimentos – (38)3722-2617. Av. D. Pedro II, 487, 2ª a 6ª feira, de 8 a 10 e de 12 a 18h.  
Curvelo, 26/5/17. CPJL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA/MG**  
**Processo 103/17-PP 028/17**- Objeto: Aquisição de material de expediente - Credenciamento 08/06/2017-08:00hs. (38)3251-6509-licitacao@bocaiuva.mg.gov.br – Rodrigo N. Rabelo – Pregoeiro.  
**Processo 105/17-PP 029/17**- Objeto: Aquisição de fogos de artifícios - Credenciamento 07/06/2017-09:00hs. (38)3251-6509-licitacao@bocaiuva.mg.gov.br – Rodrigo N. Rabelo – Pregoeiro.  
**Processo 104/17-TP 002/17**- Objeto: Construção da cobertura da Quadra Escolar – Habilitação – 13/06/2017-09:00hs. (38)3251-6509-licitacao@bocaiuva.mg.gov.br – Rodrigo N. Rabelo – Presidente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG**  
A Prefeitura Municipal de Juramento/MG, através de seu Pregoeiro, torna público que fará realizar na data de 09/06/2017, às 08h00min (oito horas), licitação na modalidade Pregão Presencial nº 035/2017, Processo Licitatório nº 049/2017, objetivando a "Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de confecção de faixas informativas em tecido morim para atender às necessidades das Secretarias do município de Juramento/MG", conforme especificações constantes no Edital. Maiores informações pelo tel.: (38) 3236-1118 - e-mail: [licitacaouramento@gmail.com](mailto:licitacaouramento@gmail.com). Pregoeiro: Francisco Gilvan Vieira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS/MG**  
O MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS/MG torna público aos interessados a realização do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 032/2017, processo autuado nº. 174/2017, exclusivo para MPE's, visando a aquisição de materiais para crochê, tricô e bordado em atendimento a demanda futura e incerta da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme edital e seus anexos. Início da sessão pública: 12/06/2017 às 9 horas. O edital encontra-se disponível no site: <http://portaltransparencia.catasaltas.mg.gov.br/licitacoes>. Mais informações via e-mail: [pregao@catasaltas.mg.gov.br](mailto:pregao@catasaltas.mg.gov.br). Telefone: 31-3832-7113. Catas Altas, 26 de maio de 2017. José Alves Parreira – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG**  
Aviso de Licitação – Pregão nº 032/2017 – Processo nº 164/2017. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 032/2017 REGISTRO DE PREÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS COMO DESCRITO ABAIXO SEM MOTORISTA SEM COMBUSTÍVEL COM SEGURO TOTAL E DEMAIS ENCARGOS NECESSÁRIOS MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS POR CONTA DA EMPRESA, PARA ATENDER AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS. Data e horário da sessão: 12/06/2017, às 14:00 horas. O edital completo encontra – se disponível no site: [www.esperafeliz.mg.gov.br](http://www.esperafeliz.mg.gov.br) João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS. LEILÃO 001/2017.** Objeto: Venda de seus bens inservíveis: veículos, máquinas, sucatas e diversos equipamentos. Data: 19/06/2017 às 09 hs. Local: Depósito Municipal, localizado na Cachoeira, Rodovia 431, Pará de Minas/ Itaúna. Próximo ao Posto da Polícia Rodoviária Federal. Os bens ficarão disponíveis para visitação nos dias 12/06, 13/06, 14/06 e 19/06 no local onde será realizado o leilão, de 08 às 16 hs. Iniciando o leilão encerra-se a visitação. Realização: Patrícia Graciele de Andrade Sousa, Leiloeira Oficial. Edital e informações: Tel: (31) 3243-1107 e [www.patricialeiloeira.com.br](http://www.patricialeiloeira.com.br)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG**  
Proc. Licitatório N.º 054/17 – Conc. Pública N.º 001/17 – Aquisição de materiais de construção, atendendo as necessidades do Setor de Habitação da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (...). A CPL informa que em 25/05/17 às 09:00 horas, foi realizado o julgamento do Anexo II – Proposta Financeira, onde o licitante Comercial Rosário Ltda-EPP foi considerado vencedor dos Lotes 01, 04, 06, 09, 11 e 12, o licitante Irmãos Souza Premoldados e Construções Ltda-EPP foi considerado vencedor do Lote 02, o licitante Luminar Ltda-EPP foi considerado vencedor dos Lotes 03 e 10, o licitante Supermercado Bela Vista Ltda-EPP foi considerado vencedor dos Lotes 05 e 13, o licitante Constru Mais Materiais de Construção Eireli-ME foi considerado vencedor dos Lotes 07, 08 e 15, e o licitante Minas Empreendimentos Ltda-EPP, foi considerado vencedor do Lote 16, por apresentar o menor valor global por Lote. São G. Rio Abaixo, 25/05/17.

COMARCA DE BELO HORIZONTE - Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias - Edital de Citação - Prazo de 30 (trinta) dias - Processo nº 024.14.069.442-3. O Dr. Michel Curi e Silva, Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente, Tinturaria Ebenezzer Ltda - ME, que se encontra em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias se processam os autos da Ação Procedimento Ordinário requerida pela Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG contra Tinturaria Ebenezzer Ltda - ME, na pessoa de seu representante legal, requerendo o seguinte: seja julgado procedente o pedido para condenar a ré ao pagamento dos valores devidos à Autora a título de demanda, cujo valor em 21/01/2013 somava R\$ 148.079,94 ( cento e quarenta e oito mil, setenta e nove reais e noventa e quatro centavos ), devidamente corrigidos pelo IGPM, remunerados com juros 1% ao mês e multa moratória de 0,33% ao dia, esta no limite de 10% ao mês. Valor da causa: R\$153.104,52 ( cento e cinquenta e três mil, cento e quatro reais e cinquenta e dois centavos ). Assim, fica procedida a CITAÇÃO da TINTURARIA EBENEZER LTDA - ME, para que no prazo de 15 (quinze) dias querendo, apresentar sua defesa, CIENTE de que não contestada a Ação no prazo acima mencionado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 238 do CPC). E, para que chegue ao conhecimento de todos expedu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 31 de março de 2017. Eu,(a) Escrivã, subscreevi. OMM. Juiz de Direito: (a) Dr. Michel Curi e Silva.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO/MG. AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2017.** O Município de Conceição do Mato Dentro/MG torna público que realizará o Processo nº 045/2017 – Pregão Presencial nº 021/2017. Ata de Registro de Preço Nº 010/2017, tipo Menor Preço por Lote; cujo objeto é o registro de preço, pelo prazo de doze meses, para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios e produtos de necessidades básicas, para atender as necessidades das diversas Secretarias do município de Conceição do Mato Dentro/MG. Dia da abertura: 19 de Junho de 2017 às 09h30min. Maiores informações pelo telefone (31) 3868-2398 - Edital disponível no site oficial do Município - [www.cmd.mg.gov.br](http://www.cmd.mg.gov.br). Soraya Simões Ferreira – Pregoeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO/MG. AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO N.º 001/2017.** A Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro/MG torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura de Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preço nº 001/2017 – Processo 048/2017, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de concreto usinado, para atender a Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura, Transportes e Serviços Urbanos, do município de Conceição do Mato Dentro/MG, conforme especificações constantes na planilha, cronograma e memorial descritivo, anexos ao Edital nº 048/2017. Abertura dia 20 de junho de 2017, às 14h00min. Edital e anexos disponíveis no site: [www.cmd.mg.gov.br](http://www.cmd.mg.gov.br). Thauan Rafael Dias Moura - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MALACACHETA/MG**  
Aviso de licitação – O Município de Malacacheta/MG, através do Prefeito Municipal, torna público abertura do Processo Licitatório 050/17, Tomada Preço - nº 002/17, Tipo: Menor Preço Global, objetivando a contratação de empresa engenharia para prestação serviços remanescente da obra de construção de quadra coberta com vestiário, na Escola Municipal Eva Ribeiro Mendes, conforme Termo de Compromisso TC/PAC 204241/2013-FNDE/, neste município. A abertura do Processo será dia 13/06/17 às 08:00 min, na sede da Prefeitura Municipal, Praça Mons. Jorge Lopes de Oliveira, Nº 130 - CEP: 39.690-000. O Edital e seus Anexos poderá ser lido na íntegra e adquirido na Prefeitura M. Malacacheta/MG, maiores informações através do email: [licitar8666@hotmail.com](mailto:licitar8666@hotmail.com) ou, Fone: (33) 3514 - 1629. MALAC. 26/05/2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG**  
Referente a Tomada de Preço Nº 001/2017 – Contratação de agência de propaganda para prestação de serviços técnicos especializados de publicidade aos órgãos da administração direta e indireta do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, a CEL torna público e para conhecimento dos interessados que em 09/06/2017, às 09:30 horas, realizará o sorteio dos profissionais que comporão a Subcomissão Técnica de Avaliação. Foram indicados: Anágnia Flóis Gomes, Kátia Cristina Angelo Passos, Luiz Ernesto De Oliveira Guimarães, Fernanda de Moura Oliveira, Cinara Lúcia Silva Andrade, Elisângela Bicalho Silva, Flavio Cristiano Pena Lial, Nivia Aparecida Leles Martins e Breno Botelho Souza. São G. do R. Abaixo, 26/05/2017

COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG - SECRETARIA DA 16ª VARA CÍVEL  
Edital de CITAÇÃO de CASA DE CARNES AVENDANHA LTDA, prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Paulo Rogério de Souza Abrantes, Juiz de Direito da 16ª Vara Cível, na forma da Lei, etc. Faz saber que por este Juízo e Secretaria tramita uma Ação Monitoria ajuizada por Banco Itaú S/A (CNPJ 60.701.190/0001-04, advogado Bernardo Ananias Junqueira Ferraz, OAB/MG 87.253) contra Casa de Carnes Avendanha Ltda. (CNPJ 07.148.304/0001-40), proc. 2033208-41.2014.8.13.0024, sendo objeto o contrato decorrente da proposta de abertura de conta corrente/poupança/investidor PJ nº 11173/838500073526), correspondente à conta corrente nº 113712-2, agência 7385, modificadas para conta corrente 07352-6, agência 8385, por cujo descumprimento seria a ré devedora de R\$87.745,24 em 20/06/2014, e por este edital cita CASA DE CARNES AVENDANHA LTDA, por seu representante legal, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a importância reclamada, caso em que ficará isenta de custas e honorários advocatícios (art. 1102.c. § 1º do CP/1973), ou oferecer embargos, sob pena de, não procedendo de nenhuma dessas formas, lhe ser nomeado Curador Especial (art. 257, IV, do CPC/2015), podendo vir a se constituir de pleno direito o título executivo judicial art. 1102.c. do CPC prosseguindo-se na forma da Lei. Será este publicado na forma da lei e afixado em local de costume. Belo Hte., 15/05/2017. Paulo Rogério de Souza Abrantes, Juiz de Direito; Carlos Alberto Miranda Costa, Escrivão.

**AVISO DE LICITAÇÃO (RETIFICAÇÃO)**  
O Município de João Monlevade torna pública Retificação da licitação na modalidade Pregão 16/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS DE REFERÊNCIA, fornecidos através de processo judicial à pacientes do município de João Monlevade. Nova Data de abertura: 27/06/2017 às 13:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações para cópia magnética e no site do município ([www.pmjm.mg.gov.br](http://www.pmjm.mg.gov.br)). Maiores informações: 31 3859-2525 (Setor de Licitações). João Monlevade, 26 de maio de 2017. Maria das Graças Leles Secretária Municipal de Administração

**PREFEITURA DE MONTES CLAROS**  
Av. Cula Mangabeira, 211 – telefone – 0xx-38-3229-3020 – fax – 0xx-38-3229-3182 - CEP - 39.401-002 - Montes Claros – MG  
EXTRATO Nº 038/2017  
**Termo de aditamento:**  
Contrato nº P0001/17-21 Processo nº 0001/2017, Pregão Eletrônico nº 001/2017. Contratado: GUI PRATES TRANSPORTES LTDA - ME - Primeiro Termo de Aditamento: O CONDUTOR, previsto na Cláusula Primeira do Contrato Original, passará a ser o Sr. Reinilson Pereira de Jesus, inscrito no CPF/MF sob o número 031.094.016-81, portador do documento de identidade MG-9320043 SSP/MG e da CNH número 03438449900 - Categoria AD. O MONITOR, previsto na Cláusula Primeira do Contrato Original, passará a ser o Sr. João Paulo Guimarães Alves, inscrito no CPF/MF sob o número 125.626.546-25, portador do documento de identidade MG-21.074.461 SSP/MG. Firmado em 18 de abril 2017.  
Contrato nº P0001/17-40 Processo nº 0001/2017, Pregão Eletrônico nº 001/2017. Contratado: CLAUDIAN MAYRINK BRANDÃO - Primeiro Termo de Aditamento: O CONDUTOR, previsto na Cláusula Primeira do Contrato Original, passará a ser o Sr. Claudian Mayrink Brandão, inscrito no CPF/MF sob o número 702.682.076-15, portador do documento de identidade MG-6.192.215 SSP/MG e da CNH número 008.13404798 - Categoria AD. Firmado em 11 de abril 2017.

**SINDICATO DOS ADMINISTRADORES NO ESTADO DE MINAS GERAIS – SAEMG** por seu presidente abaixo-assinado, convoca todos os trabalhadores da categoria que representa, sócios e não sócios da entidade, empregados da COMPANHIA SANEAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – COPASA-MG, para, nos termos do seu Estatuto Social, participarem de ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a se realizar no dia 01 de junho de 2017, na sede da COPASA, situada à Rua Mar de Espanha, 525, auditório sede, Bairro Santo Antonio-Belo Horizonte/MG, às 15h30min em primeira convocação ou às 16:00h horas em segunda convocação, se necessário for, para tratar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Definição da pauta de reivindicações a ser apresentada à empresa para renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2018; 2) Autorização ao Sindicato para entabular negociações, firmar Acordo Coletivo de Trabalho e, se frustradas as negociações instaurar Dissídio Coletivo, bem como, para providenciar medidas judiciais e extrajudiciais necessárias e pertinentes; 3) Deliberação e programação de medidas de mobilização e defesa da categoria profissional durante o processo de negociação, inclusive greve e pagamento de dias parados; 4) Análise e deliberação sobre realização de campanha salarial unificada com os demais sindicatos e apresentação de pauta de reivindicações conjunta; 5) deliberação sobre a instalação em caráter permanente da presente Assembleia; 6) Outros assuntos e deliberações decorrentes e de interesse da categoria. Belo Horizonte, 26 de maio de 2017. (a) Adm. Antonio Eustáquio Barbosa – Presidente do Sindicato dos Administradores no Estado de Minas Gerais.

**ABC – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO S/A - ABCTUR – CNPJ nº 38.709.093/0001-09 – NIRE 31.3000087-7 – Edital de Convocação – Ficam os Srs. Acionistas da ABC – Agência de Viagens e Turismo S/A - ABCTUR convocados para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas no dia 26 de junho de 2017, na sede social, situada na Av. Brasil, nº 1533, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte, MG, a partir das 10:00 horas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito de voto, e às 10:30horas, em segunda convocação, com qualquer número (art. 125 c/c art. 135, caput, e art. 136, caput, da Lei 6.404/76), para tratarem da seguinte ordem do dia: I – Ordenamento: (i) – Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras dos exercícios fiscais findos em 31 de dezembro de 2011, em 31 de dezembro de 2012, em 31 de dezembro de 2013, em 31 de dezembro de 2014, em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2016; (ii) – Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração; (iv) Deliberar a respeito da remuneração global dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria; 2 – Extraordinariamente: (i) Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social; (ii) Alteração da redação do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, em função da deliberação de aumento do capital social; (iii) outros assuntos de interesse da sociedade. Observação: Os documentos relativos às Assembleias estarão à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação deste edital. Belo Horizonte, 22 de maio de 2017. ELEUSA GARCIA MELGAÇO – Presidente do Conselho de Administração.**

Contrato nº P0001/17-67 Processo nº 0001/2017, Pregão Eletrônico nº 001/2017. Contratado: GILBERTO GONÇALVES DOS SANTOS - Primeiro Termo de Aditamento: O MONITOR, previsto na Cláusula Primeira do Contrato Original, passará a ser a Sra. Sandra Veloso Batista, inscrita no CPF/MF sob o número 093.021.486-29, portadora do documento de identidade MG-12.575.858 SSP/MG, cuja documentação segue em anexo.. Firmado em 18 de abril 2017  
Contrato nº P0001/17-66 Processo nº 0001/2017, Pregão Eletrônico nº 001/2017. Contratado: ZILMAR SOARES VIEIRA SILVA -ME - Primeiro Termo de Aditamento: O CONDUTOR, previsto na Cláusula Primeira do Contrato Original, passará a ser o Sr. Adilson Soares Vieira, inscrito no CPF/MF sob o número 035.573.356-07, portador do documento de identidade M-7.927.157 SSP/MG e da CNH número 03605629292 - Categoria AD. O MONITOR, previsto na Cláusula Primeira do Contrato Original, passará a ser o Sr. Jefferson Pereira dos Reis, inscrito no CPF/MF sob o número 021.069.546-38, portador do documento de identidade MG-20.250.008 SSP/MG. Firmado em 18 de abril 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG**  
*Credenciamento/Inexigibilidade nº 004/2017*  
Torna público que se fará realizar do dia 13 de Junho de 2017 ao dia 22 de Junho de 2017, no horário de 08h00min às 11h00min e de 13h00min às 16h00min na sede da Prefeitura Municipal de Manhuaçu situada à Praça Cordovil Pinto Coelho, nº 460 - Bairro Centro - CEP 36.900-000, Manhuaçu/MG, Credenciamento/Inexigibilidade para a Prestação de Serviços de Saúde em Caráter Complementar para realização de Exames de Ultrassonografia nos valores da tabela SIA/SUS. As informações inerentes a presente publicação estarão disponíveis aos interessados na Prefeitura Municipal de Manhuaçu - Setor de Licitações, situada à Praça Cordovil Pinto Coelho, 460 - Centro. Tel: (33) 3339-2712 no horário de 09h00min às 11h00min e 13h00min às 16h00min. Através do e-mail [licitamanhuaçu@yahoo.com.br](mailto:licitamanhuaçu@yahoo.com.br) ou através do site [www.manhuaçu.mg.gov.br](http://www.manhuaçu.mg.gov.br). Manhuaçu/MG, 26 de Maio de 2017. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Contrato nº P0001/17-06 Processo nº 0001/2017, Pregão Eletrônico nº 001/2017. Contratado: MARDEN PEREIRA DE OLIVEIRA - ME - Primeiro Termo de Aditamento: O CONDUTOR, previsto na Cláusula Primeira do Contrato Original, passará a ser o Sr. Hamilton Reis Ferreira, inscrito no CPF/MF sob o número 051.059.296-16, portador do documento de identidade MG-11.726.139 SSP/MG e da CNH número 017929788-40 - Categoria E. Firmado em 04 de abril 2017.  
Contrato nº P0001/17-72 Processo nº 0001/2017, Pregão Eletrônico nº 001/2017. Contratado: TRANSPRATES LTDA - ME - Primeiro Termo de Aditamento: O CONDUTOR, previsto na Cláusula Primeira do Contrato Original, passará a ser o Sr. Hamilton Reis Ferreira, inscrito no CPF/MF sob o número 051.059.296-16, portador do documento de identidade MG-11.726.139 SSP/MG e da CNH número 017929788-40 - Categoria E. O MONITOR, previsto na Cláusula Primeira do Contrato Original, passará a ser a Sra. Maria Aparecida Soares Azevedo, inscrita no CPF/MF sob o número 015.285.246-83, portadora do documento de identidade MG-10.428.696 SSP/MG. Firmado em 04 de abril 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.** O Pregoeiro, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 31/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Tem por objeto registrar preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção (pisos e revestimentos), diversos na área de acabamento de construções e reformas para serem utilizados pelas Secretarias de Desenvolvimento Urbano, Educação e Cultura, outras secretarias e Fundo Municipal de Saúde de Alfenas Sessão dia 13/06/2017 15:00 horas.. Edital completo na Divisão de Licitação desta Prefeitura, ou pela internet no endereço: [www.alfenas.mg.gov.br](http://www.alfenas.mg.gov.br). Alfenas (MG), 26 de maio de 2017. Gilberto Dias França – Pregoeiro.  
**O PREGOEIRO, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Registro de Preço PREGÃO PRESENCIAL nº 045/2017, tipo MAIOR DESCONTO POR LOTE sobre a tabela do Município.** Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços, em lote para futura e eventual execução indireta de serviços de trator de pneus 6 cilindros traçados com roçadeira de 2 mts e trator de esteira motor 6 cilindros, em horas com fornecimento de mão de obra para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Sessão dia 13 de junho de 2017, às 15:00 horas.. Edital completo na Divisão de Licitação desta Prefeitura, ou pela internet no endereço: [www.alfenas.mg.gov.br](http://www.alfenas.mg.gov.br). Alfenas (MG), 26 de maio de 2017. Gilberto Dias França – Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO/MG – Extrato de 4º Termo de Aditivo ao contrato 050/2016.** Tomada de Preço nº 005/2016. Processo Licitatório nº 038/2016. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 050/2016 por mais 60 dias, passado a vigorar até 13/07/2017, com fundamento no art. 57 da Lei 8.666/93. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital que não foram alteradas. Partes: Prefeitura de Nepomuceno/MG e Construtora Niemeyer Ltda. Nepomuceno, 10/05/2017. Luiza Maria Lima Menezes – Prefeita.

Contrato nº P0001/17-87 Processo nº 0001/2017, Pregão Eletrônico nº 001/2017. Contratado: TRANSPRATES LTDA - ME - Primeiro Termo de Aditamento: O CONDUTOR, previsto na Cláusula Primeira do Contrato Original, passará a ser o Sr. Edinaldo Soares Rodrigues, inscrito no CPF/MF sob o número 092.158.816-03, portador do documento de identidade MG-16.136.423 SSP/MG e da CNH número 05861486683 - Categoria AD. Firmado em 04 de abril 2017.  
Contrato nº P0001/17-07 Processo nº 0001/2017, Pregão Eletrônico nº 001/2017. Contratado: MARCELO SOUZA NUNES - ME - Primeiro Termo de Aditamento: O MONITOR, previsto na Cláusula Primeira do Contrato Original, passará a ser a Sra. Roniele Pereira da Silva, inscrita no CPF/MF sob o número 023.022.346-00, portadora do documento de identidade MG-20.811.601 SSP/MG, cuja documentação segue em anexo. Firmado em 04 de abril 2017.  
Contrato nº P0001/17-05 Processo nº 0001/2017, Pregão Eletrônico nº 001/2017. Contratado: MARCELO SOUZA NUNES - ME - Primeiro Termo de Aditamento: O CONDUTOR, previsto na Cláusula Primeira do Contrato Original, passará a ser o Sr. Marcelo Souza Nunes, inscrito no CPF/MF sob o número 046.385.556-67, portador do documento de identidade MG-10.332.465 SSP/MG e da CNH número 04340079287 - Categoria AD. O MONITOR, previsto na Cláusula Primeira do Contrato Original, passará a ser a Sra. Jéssica Araújo de Oliveira, inscrita no CPF/MF sob o número 114.115.446-33, portadora do documento de identidade MG-17.919.300. Firmado em 04 de abril 2017.  
Polyanna Prates  
Coordenadora de Acompanhamento de Contratos  
Montes Claros, 26 de maio de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO/MG – Aviso de Licitação.** Pregão Presencial nº 032/2017. Processo Licitatório nº 042/2017. Objeto: Aquisição de um veículo automotor, utilitário, "tipo caminhão", zero quilômetro, motor diesel, 4 Cilindros (mínimo), Potência Mínima de 170 CV, implementado com tanque, com capacidade de 8.000, devidamente montado, ano/modelo mínimo 2016/2017, conforme contrato de repasse nº 841318/2016/MAPA/CAIXA, destinado aos serviços prestados pelo Município. Data de abertura: 21/06/2017 às 09:00 horas. Edital e informações sala de licitações da Prefeitura de Nepomuceno, estabelecida Praça Padre José, 180, centro. Tel (35) 3861-3686, e-mail: [licitacao@nepomuceno.mg.gov.br](mailto:licitacao@nepomuceno.mg.gov.br). Nepomuceno, 22/05/2017. Pedro Rodrigues - Secretário Municipal de Administração.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO Nº 075/2017**  
**CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2017**  
Objeto: O Município de Rio Pardo de Minas torna público, que fará realizar CHAMADA PÚBLICA, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009, sendo a entrega dos envelopes de HABILITAÇÃO e PROJETO DE VENDA até às 08:00:00 do dia 20/06/2017. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 – ou através do e-mail licitação@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas.  
26/05/2017  
**Marcus Vinícius de Almeida Ramos –**  
Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar o Pregão Presencial nº 053/2017. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de planejamento e execução de treinos técnicos esportivos e jogos das modalidades. Data de realização 08/06/2017 às 09:00 hs. O edital poderá ser retirado no site [www.novailima.mg.gov.br](http://www.novailima.mg.gov.br), em **Transparência/Publicações**.**  
Nova Lima, 26 de Maio de 2017.  
**Érica Alves Pereira, Pregoeira**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA-MG**  
**Aviso de Licitação: Prc. 104/2017 Mod: Tomada de Preços- nº 004/2017 - Tipo: Técnica e Preços - Objeto: Contratação de Empresa para Gerenciar e Realizar Concurso Público. Entrega dos Envelopes de Habilitação e Proposta dia 29/06/17 até as 09h00 horas; Abertura dia 29/06/17 às 09h00 -Informações ou retirada do Edital na Prefeitura ou no e-mail [licitacao3@camanducaia.mg.gov.br](mailto:licitacao3@camanducaia.mg.gov.br). Edmar Cassalho Moreira Dias-Prefeito Municipal.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO**

**HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2015**  
O Município de Pedro Leopoldo, através da Comissão de Licitação, comunica a homologação do Processo Licitatório n.º 152/2015, Modalidade TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2015, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO BAIRRO RÔMERO DE CARVALHO INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DASUA INFRA ESTRUTURA COM (FUNDAÇÕES, ESTRUTURA E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS) COM RECURSOS DO CONTRATO 1015150 DO MINISTÉRIO DOS ESPORTES E DO MUNICÍPIO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E TURISMO DE ACORDO COM O EDITAL E ANEXOS, para o segundo colocado a empresa ENGBRUM CONSTRUTORA LTDA - EPP; Preço global R\$195.065,36; prazo de execução 06(seis) meses; condições de pagamento conforme cronograma financeiro.**

**Thomas Lafeté Alvarenga,**  
**Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**  
**Pedro Leopoldo, 26 de maio de 2017.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG**  
Procedimento Administrativo nº 051/2017 – Dispensa de Licitação nº 012/2017 – chamada Pública nº 002/2017, torna público, o aviso de licitação, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais e suas organizações, destinados a manutenção da merenda das Escolas Municipais e Creches do Município, com dispensa de licitação, nos termos do art. 14 da Lei Federal 11.947/2009 e Resolução 038/2009 do FNDE DE 16/07/2009 alterada pela Resolução 25 de 04/07/2012. Abertura dia 28/06/2017 às 08h30min. Edital disponível no site oficial do Município [www.saojoaodaponte.mg.gov.br](http://www.saojoaodaponte.mg.gov.br) ou diretamente na sede do Município – Praça Olímpio Campos 128 – Centro – Prefeitura Municipal de São João da Ponte - MG, 25 de maio de 2017.  
**RAFAELA ROSANA PEREIRA -** Presidente da CPL

Comarca De Belo Horizonte - 3ª Vara Cível. Edital de Citação - Prazo de 20 dias. O MM. Juiz de Direito Dr. Ronaldo Batista de Almeida, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, etc... Faz saber aos que virem ou deste edital tiverem conhecimento, que perante este Juízo e Secretaria tramitam os autos do processo nº 0024.13.079.435-5 (OAB/MG 31.811), ação Monitoria que Banco HSBC Bank Brasil S/A, CNPJ nº 01.701.201/0001-89 move contra Alan de Oliveira Cardoso, brasileiro, CPF nº 117.246.266-63. E o presente edital para citar Alan de Oliveira Cardoso, que se encontra em local incerto e não sabido, nos termos da ação que tem por objeto o pagamento, no prazo de 15 dias, da quantia corrigida de R\$46.349,62 (oitenta e seis mil e trinta e sete reais e 62 centavos) representada pelo Contrato Global de Relacionamento Comercial e Financiamento Vinculado à conta corrente nº 0088-03371-92; executar a obrigação de fazer ou de não fazer, entregar a coisa, se for o caso, ou oferecer embargos sob pena de conversão do mandado inicial em mandado executivo. Cumprido o que foi requerido, o réu ficará isento de custas e honorários advocatícios. Para que chegue ao conhecimento os termos da ação, expediu-se o edital que será publicado e afixado em local de costume. Prazo: 15 dias. Ciente dos arts. 344 e 257, I II e IV ambos do CPC. Belo Horizonte, 18 de maio de 2017  
K-2682705

**MATERNALED OCTAVIANO NEVES S/A - CNPJ 17.272.568/0001-64. NIRE 31330003955-2. Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária. Ficam os acionistas da Companhia convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 02 de junho de 2017, às 19 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Ceará 186, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, MG, CEP 30.150-310, a fim de (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; e (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a proposta de distribuição de dividendos. Consigna-se que as referidas matérias foram inicialmente inseridas na ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 27 de abril de 2017, mas a deliberação a seu respeito restou prejudicada à ocasião, razão pela qual será realizado um novo conclave a seu respeito. João Anderson Nunes, Diretor Presidente.**

**MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO OESTE - MG**

O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO OESTE, torna público o extrato do contrato nº -037/2017 - **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para construção do sistema de esgotamento sanitário, rede coletora, interceptor de esgotos, estações elevatórias e ETE. **CONTRATADO: CONATA ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 01.535.369/0001-61. Vigência: 18 meses. Valor total de R\$228.756,43.**  
Belarmino Luciano Leite - Prefeito Municipal.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Os Presidentes do SINDICATO DE **ENGENHEIROS** NO ESTADO DE MINAS GERAIS – SENGE-MG, SINDICATO DOS **TÉCNICOS INDUSTRIAIS** DE MINAS GERAIS – SINTEC-MG e SINDICATO DOS **ADMINISTRADORES** NO ESTADO DE MINAS GERAIS – SAEMG, vêm pelo presente Edital, CONVOCAR todos os trabalhadores componentes dessas categorias, que trabalham na SM&A SISTEMAS ELETRICOS LTDA, sócios e não-sócios da entidade sindical respectiva, para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 30 de maio de 2017, terça-feira, às 09h00 em primeira convocação, e às 10h00 em segunda convocação, na sede da empresa, situada na Avenida Prudente de Moraes, nº 135 - 6º andar, Santo Antônio – Belo Horizonte/MG, para discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Discussão e deliberação sobre as propostas de ACT de Banco de Horas e Vale Combustível apresentadas pela empresa; 2) outros assuntos de interesse da categoria. Belo Horizonte, 27 de maio de 2017. (a) Raul Otávio da Silva Pereira – Pres. Senge-MG; (a) Nilson da Silva Rocha – Pres. Sintec-MG; (a) Antônio Eustáquio Barbosa – Pres. Saemg;

**FEDERAÇÃO DE SERVIÇOS DE MINAS GERAIS – FESERV/MG. CNPJ nº 22.787.222/0001-39. EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente da Federação de Serviços de Minas Gerais – FESERV-MG – convoca os associados quites e em pleno gozo dos seus direitos sindicais a comparecerem à ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, prevista no estatuto desta entidade, combinado com o artigo 524 “a” 550 da CLT, a realizar-se, à Av. Augusto de Lima, 479 – salas 1407/1408 – Bairro Centro, nesta cidade de Belo Horizonte, (MG), no dia dezoito de junho de 2017 às 10:00 horas, em primeira convocação e às 10:30 horas em segunda convocação, com a seguinte ordem do dia: a) Leitura e votação do balanço anual do exercício de 2016 e do respectivo parecer do conselho fiscal; b) Leitura e votação da proposta orçamentária para o exercício de 2017 e 2018 e do respectivo parecer do conselho fiscal; c) autorizar a diretoria da FESERV-MG, negociar e assinar convenções coletivas na base territorial ou categorias que não estejam representadas por sindicatos filiados e quaisquer outras ações necessárias para defesa dessas categorias. O endereço da AGO é diferente devido ao endereço da sede da FESERV-MG não comportar o previsível número de presenças. Belo Horizonte, 26 de maio de 2017. Hélio Magalhães – Presidente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI-MG**

**Inexigibilidade nº. 15/2017 – Processo nº. 58/2017**  
OBJETO: contratação de banda para apresentação artística no dia 27 de maio de 2017, na Vila Florentina, município de Itacarambi/MG, em evento que integra o calendário festivo municipal. Contratada: Banda Aquários e Originais do Baião Ltda. – ME – Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).  
**Nívea Maria de Oliveira**  
**Prefeita Municipal. Itacarambi/MG, 25 de maio de 2017.**

**Inexigibilidade nº. 16/2017 – Processo nº. 59/2017**  
OBJETO: contratação de empresa que detém os direitos dos artistas regionais, Santana do Candéal e Alessandro Nunes, para apresentações, nos dias 26 e 27 de maio de 2017, na Vila Florentina, em evento que integra o calendário festivo municipal do município de Itacarambi/MG. Contratada: Wellington Borges Lisboa – ME – Valor: R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).  
**Nívea Maria de Oliveira**  
**Prefeita Municipal. Itacarambi/MG, 25 de maio de 2017.**

**Inexigibilidade nº. 13/2017**  
**Credenciamento nº. 08/2017 - Processo nº. 56/2017**  
OBJETO: chamamento público para credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de exames laboratoriais e clínicos, em atendimento aos pacientes do município de Itacarambi/MG. **Entrega de envelopes a partir do dia 05/06/2017, sendo a abertura no 09/06/2017 – às 08h30min.** Nívea Maria de Oliveira - Prefeita Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38) 3613-2171 ou (38) 3613-2550. Edital disponível para fornecimento via email [licitacao@itacarambi.mg.gov.br](mailto:licitacao@itacarambi.mg.gov.br), ou diretamente no Setor de Licitação e Contratos.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SAPUCAÍ MIRIM**

**AVISO DE LICITAÇÃO - A Câmara Municipal de Sapucaí-Mirim/MG, torna público, que fará realizar no dia 08/06/2017, às 10h00, na sala de Licitações da Câmara Municipal de Sapucaí-Mirim/MG, sito na Rua das Oliveiras, 165 - Bairro Jardim Santana Sapucaí - Mirim/MG, a abertura de processo administrativo de Licitação nº10/2017, Modalidade: Pregão presencial nº01/2017 - Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento e controle informatizado e com a tecnologia de cartão eletrônico, magnético ou micro-processado, em rede credenciada de supermercados e estabelecimentos similares na cidade de Sapucaí-Mirim/MG e outras localidades, para atender aproximadamente 05 (cinco) servidores públicos do Poder Legislativo Municipal. Edital e maiores informações: (35) 3655-1000 e pelo site: [www.camarasapucaimirim.mg.gov.br](http://www.camarasapucaimirim.mg.gov.br) Sapucaí-Mirim/MG, 26 de maio de 2017**  
Osmar de Jesus Souza - Presidente da Câmara de Sapucaí-Mirim/MG  
Rodolfo Alexandre Teixeira, Gislene Teixeira Neves Siqueira e Cátia Aparecida Rodrigues - Membros da Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Sapucaí-Mirim/MG

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG - TERMO DE REVOGAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO 042/2017 – PREGÃO PRESENCIAL 019/2017 – TERMO DE REVOGAÇÃO - O Prefeito Municipal de Jaíba – MG, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no artigo 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, e justificativa do setor de engenharia e parecer jurídico, resolve pela **REVOGAÇÃO** do Processo Licitatório em epígrafe, cujo objeto é a Prestação de serviço de conservação, manutenção, e reparação de pavimentação asfáltica (tapa buraco). Jaíba - MG, 25 de maio de 2017.**  
**Reginaldo Antônio da Silva- Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA - MG - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2017 - A Prefeitura Municipal de Extrema, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público que considerou dispensável de licitação à aquisição de pneus para vans, da empresa Simone Silveira Bueno Andre - ME, pelo valor global de R\$ 76.160,00 (setenta e seis mil cento e sessenta reais), de acordo com o art.24, inciso V, da Lei 8.666/93, dispensa licitatória nº 010/2017. Extrema, 26 de maio de 2017.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA - MG**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 057/17 - MOD. TOMADA DE PREÇOS Nº 001/17 - TIPO: TÉCNICA E PREÇO - OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicidade e propaganda, por meio de agenciamento especializado em conceber, planejar, criar e executar peças e campanhas publicitárias e intermediar na contratação de veículos de comunicação e de fornecedores externos de serviços complementares de publicidade, conforme interesse da Administração Municipal. O protocolo dos envelopes será dia 30/06/2017 até às 08:30 h. A abertura da sessão será às 09:00 h., no dia 30/06/2017. Local: R. Barão de Plumhi 92-A, Diretoria de Compras Públicas, Formiga – MG. Informações: telefones (37) 3329-1843 / 3329-1844; e-mail: [licitcompras@yahoo.com.br](mailto:licitcompras@yahoo.com.br); site: [www.formiga.mg.gov.br](http://www.formiga.mg.gov.br).**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA/MG – PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/17- PROCESSO Nº. 071/17. Licitação exclusiva para microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP e equiparadas. Menor preço unitário. Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais de construção. Data do recebimento das propostas e documentos: 08/06/17 às 08 horas, na Praça Cleves de Faria, 104, Centro. O edital dessa licitação encontra-se à disposição dos interessados no site [www.santabarbara.mg.gov.br](http://www.santabarbara.mg.gov.br) e na Divisão de Compras da Prefeitura. Santa Bárbara, 26/05/2017. A) Daniela Marra- CPL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI-MG**

**ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2017 CIMAMS – PREGÃO Nº. 06/2017**  
**OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de passagens aéreas nacionais com taxa de desconto pré-fixada – ida e volta, incluindo reserva de lugares, marcação desdobramento, substituição, revalidação, cancelamento, endosso de passagens de todas as empresas aéreas.  
**Ass. Nívea Maria de Oliveira – Prefeita.**  
**Itacarambi, 24 de maio de 2017.**

**ADESAO ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nºs. 06-A/2017 e 06-C/2017 – CIMAMS – PREGÃO Nº. 08/2017**  
**OBJETO:** contratação de empresa para fornecimento de pneus e câmaras de ar, em atendimento à frota municipal.  
**Ass. Nívea Maria de Oliveira – Prefeita.**  
**Itacarambi, 24 de maio de 2017.**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SR. CLEITON MARQUES SOARES**

O Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Abaeté/MG, na forma da Lei 9.514/97, FAZ SABER A QUANTOS ESTE VIEREM OU DELE TIVEREM NOTÍCIA, que cumprindo a disposto no Art. 26 da Lei 9.514 e a requerimento da Credora do **Contrato Habitacional nº 810598000845-0** garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob o nº 4, matrícula nº 16.843, neste Cartório, referente ao imóvel situado na Avenida Joaquina do Pompéu, nº 1238, casa, Bairro São João, Abaeté/MG, **FICA INTIMADO** o Sr. **CLEITON MARQUES SOARES** brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 067.720.346-27 e CI 12961395 expedida por SSP/MG, em lugar incerto e não sabido, a cumprir as obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos e não pagos. Os valores destes encargos, posicionados até 25/05/2017, correspondem a R\$ 938,64 (novecentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos), sujeitos a atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança, somando-se também os encargos que se vencerem nesse período. O Cartório está situado na Rua Jader Moura, nº 200, centro, Abaeté/MG, onde deverá ser efetuada a purga do débito, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias contados a partir da última publicação deste edital. O não cumprimento da referida obrigação garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária – Caixa Econômica Federal, nos termos do art. 26 § 7º da Lei 9.514/97. Dado e passado nesta cidade de Abaeté, em 25 de Maio de 2.017. O Oficial, Ingo Friebolin Bergemann.

**SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE AGUARDENTES, DE OUTRAS BEBIDAS DESTILADAS, DE ÁGUAS MINERAIS, DE MALTE, DE CERVEJAS, DE CHOPIES, DE REFRIGERANTES, DE REFRESCOS, DE SORVETES, DE LIOFILIZADOS, DE FRIOS, DE VINHOS, DE SUCOS DE FRUTAS E DE LEGUMES DE BELO HORIZONTE E DE OUTROS MUNICÍPIOS - SINDBEBS - (Tornamos sem efeito por motivo de datas e horários), o Edital de Convocação para os trabalhadores da Empresa SPAL - Indústria Brasileira de Bebidas S/A - COCA-COLA - Fábrica do município de Itabirito, Centros de Distribuição de Contagem e Pampulha-BH, publicado neste jornal no dia 23/maio/2017 referente votação em escrutínio secreto de contraproposta para reajustamento salarial. Reiteramos com nova convocação para votação da mesma contraproposta anteriormente citada, relativa a reajustamento salarial para os trabalhadores da SPAL - Indústria Brasileira de Bebidas S/A - COCA-COLA, Fábrica do município de Itabirito, e Centros de Distribuição de Contagem e Pampulha-BH, representados por este Sindicato associados a ele ou não para Assembleia Geral Extraordinária continua a realizar-se no dia 06/junho/2017 (terça-feira) nos seguintes locais e horários: 1) Auditório da Fábrica situada na Rod. BR 040 Km 572/573 -Distrito Industrial de Itabirito/MG - urna nº 01 das 06:00 às 15:00 horas. 2) Centro de Distribuição - Contagem, Rua Apio Cardoso, nº 20, Bairro Cincão - Contagem/ MG - urna nº 02 (itinerante) das 05:00 às 11:00 horas. 3) Centro de Distribuição Pampulha, Rod. Anel Rodoviário Celso Melo Azevedo - Km 17, nº 16.700 - Bairro Sumaré BH/MG - urna nº 02 (itinerante) das 12:00 às 21:30 horas todas com 30 minutos de tolerância. 4) Sede do Sindicato Rua Dona Alexandrina, nº 45, Bairro Dom Pedro II - BH/ MG, Assembleia Geral Extraordinária continua para apuração dos resultados. Votação mediante escrutínio secreto em urnas do Sindicato (nº 02 itinerante), todas instaladas no recinto da Fábrica e Centros de Distribuição para coleta de votação da contraproposta pertinente ao reajustamento salarial das cláusulas consideradas econômicas e sociais para Acordo Coletivo de Trabalho do ano 2017/2018. Belo Horizonte, 25 de Maio de 2017. Hamilton Jerônimo da Silva - Presidente.**

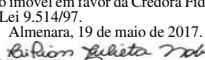
**Conselho Regional dos Despachantes Documentaristas do Estado de Minas Gerais**

**PORTARIA 09/2017**  
Considerando o artigo 11º, III e XI do Estatuto do Conselho Regional dos Despachantes Documentaristas do Estado de Minas Gerais, determino:  
Artigo 1º - Pelo presente expediente e considerando a livre nomeação anteriormente publicada, exonerar o Tribunal de Ética de Disciplina Regional deste CRDD/MG o Sr Anderson Matheus, CRDD/MG 00096; o Sr. Antônio Pedro Alves Filho, CRDD/MG 00002; o Sr. Petrónio Pinho, CRDD/MG 00005; o Sr. Samuel Augusto Siqueira, CRDD/MG 2502, e o Sr. Diego Adriano Silva Pereira, CRDD/MG 02311. Assim determino.  
  
**Dr. Chrispim José da Silva**  
Presidente do Conselho Regional dos Despachantes Documentaristas de Minas Gerais  
Gestão 2016-2020

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SR. GILBERTO TEIXEIRA DOS SANTOS**

O Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Abaeté/MG, na forma da Lei 9.514/97, FAZ SABER A QUANTOS ESTE VIEREM OU DELE TIVEREM NOTÍCIA, que cumprindo a disposto no Art. 26 da Lei 9.514 e a requerimento da Credora do **Contrato Habitacional nº 85555069386-2** garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob o nº 4, matrícula nº 18.414, neste Cartório, referente ao imóvel situado na Rua Lulu Capanema, nº 150, casa, Bairro Progresso, Abaeté/MG, **FICA INTIMADO** o Sr. **GILBERTO TEIXEIRAS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 014.404.516-80 e CI 12907865 expedida por SSP/MG, em lugar incerto e não sabido, a cumprir as obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos e não pagos. Os valores destes encargos, posicionados até 25/05/2017, correspondem a R\$ 1.595,78 (um mil quinhentos e noventa e cinco reais e setenta e oito centavos), sujeitos a atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança, somando-se também os encargos que se vencerem nesse período. O Cartório está situado na Rua Jader Moura, nº 200, centro, Abaeté/MG, onde deverá ser efetuada a purga do débito, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias contados a partir da última publicação deste edital. O não cumprimento da referida obrigação garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária – Caixa Econômica Federal, nos termos do art. 26 § 7º da Lei 9.514/97. Dado e passado nesta cidade de Abaeté, em 25 de Maio de 2.017. O Oficial, Ingo Friebolin Bergemann.

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

**LILIAN JULIETA NOBRE**, a Oficial Substituta de Registro de Imóveis da Comarca de Almenara/MG situado na Avenida Olindo de Miranda nº 1060, Lj. 01 Bairro Centro, segundo as atribuições conferidas pelo art. 26 da Lei nº 9.514/97, faz saber a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, atendendo a requerimento escrito do Banco Bradesco S/A, credora do Contrato de Financiamento Imobiliário nº 0006615697-5, garantido por **ALIEAÇÃO FIDUCIÁRIA**, firmado em 03/08/2010, registrado nesta Serventia sob o R-06 da matrícula nº 5.316, referente ao imóvel situado na RUA JOAO CABACINHA Nº 647, CENTRO-ALMENARA-MG CEP 39.900-000, nesta cidade de Almenara/MG, o qual o valor do saldo devedor encontra-se no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Almenara/MG, **ROBERTO PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade 7.562.682 expedida por SSP/MG e do CPF 051.307.376-99, que fica INTIMADO para satisfazer, no prazo de 15 (quinze) dias, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, conforme planilha disponível na sede da serventia, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel que porventura existirem, além das despesas de cobrança e de intimação. O pagamento deverá ser procedido diretamente ao credor na agência bancária onde foi efetuado o contrato de financiamento, devendo o recibo ser apresentado nesta Serventia. Poderá ainda o pagamento ser procedido diretamente na sede da serventia, mediante cheque administrativo ou visado, nominal ao credor fiduciário. Na oportunidade, ficam V.S.as identificadas que o não cumprimento das referidas obrigações, no prazo ora estipulado, pode garantir o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor da Credora Fiduciária – Banco Bradesco S/A – nos termos do art. 26, § 7º da Lei 9.514/97.  
Almenara, 19 de maio de 2017.  
  
**Lilian Julieta Nobre**  
Oficial Substituta  
  
**Lilian Julieta Nobre**  
Oficial Substituta



## Saúde Mental e Espiritual



**Sarah Gomes Aleixo**

Psicóloga, especialista em Neuropsicologia, Superintendente Executiva da área de Atenção à Saúde do Hospital Espírita André Luiz.

### Técnica da Meditação na Saúde Mental

São vários os fatores que favorecem o bem estar físico e mental. Sabemos que a atividade física regular associada a uma dieta alimentar equilibrada e à base de frutas, vegetais, fibras e proteínas auxiliam a manter o nível eficiente de produção de anticorpos melhorando a defesa imunológica, pois, trazem benefícios para as nossas células, desde as fibras musculares até os neurônios, melhorando a funcionalidade cerebral.

Outro aspecto importante de sanidade do estado mental e emocional é cultivar amizades prazerosas e satisfatórias. Uma boa interação social que é capaz de promover trocas positivas e afetuosas sinaliza boa disposição interna e física e até prolongam a vida.

Estudos apontam outro fator que melhora a qualidade de vida e que ativa a concentração que vem chamando a atenção de pesquisadores da neurociência em nossos dias. Trata-se da técnica de **meditação**, o que levou pesquisadores de universidades como a de Wisconsin e de Oxford a desenvolverem processos experimentais no sentido de comprovar os benefícios da técnica em nossa vida. A meditação é uma técnica milenar budista que faz com que a pessoa centre em si de forma consciente e atencional estando ao mesmo tempo vigil ao ambiente em seu entorno. Esse mecanismo de concentração inicia-se na percepção da respiração, acompanhando o movimento da inspiração e expiração de forma harmônica e alternada. Pode ser feito em qualquer lugar, por minutos breves ou por tempo mais prolongado. O ideal é que seja feito de forma rotineira para sentir os benefícios. É preciso que o praticante esteja em postura confortável, assentado ou deitado. O importante é permitir o relaxamento do corpo e da mente. Mas é relevante aquietar a mente de forma leve e sem imposição.

Uma segunda fase é estar ciente das menores distrações. Quando ocorrerem, voltar ao estado de concentração, mas de maneira descontraída. Estar atento ao que ocorre no momento presente. Esse estágio de atenção para o agora é conhecido como **mindfulness**. Uma vez instaurado o estado de relaxamento, silêncio e atenção ativa, pode-se passar para um terceiro estágio que é o de deixar extravasar um sentimento de desejo de bem ao outro, seja amigo ou inimigo. É conhecido no budismo como *compaixão e bondade amorosa*. O desejo de compaixão ao outro termina por beneficiar o próprio praticante.

A técnica da meditação está sendo avaliada como uma forma segura de adquirir saúde e bem estar. Após estudarem os monges budistas meditadores, com dezenas de milhares de prática, os experimentadores constataram, mediante técnicas de imageamento por ressonância magnética, que a técnica pode provocar mudanças estruturais no tecido cerebral, promovendo a proteção às infecções e o combate aos níveis de estresse, melhorando os padrões do sono. Além dos benefícios nas funções da memória, atenção e disposição física.

**“A meditação é uma técnica milenar budista que faz com que a pessoa centre em si de forma consciente e atencional.”**

O HEAL é referência no tratamento de transtorno mental e dependência química. Com uma equipe clínica multidisciplinar completa, oferecemos tratamento humanizado com altos índices de recuperação. É uma instituição beneficente reconhecida por lei como de utilidade pública prestadora de serviços relevantes à população. Em 50 anos de história e dedicação, já atendeu mais de 100 mil pacientes e 500 mil diárias gratuitas. Oferece atendimento particular, por convênio e filantrópico.



**HOSPITAL  
ESPÍRITA  
ANDRÉ LUIZ**

31 3115.2600

www.facebook.com/healbr  
www.heal.org.br

Dr. Roberto Lúcio V. de Souza  
Psiquiatra  
Diretor Técnico Médico  
CRM-MG 14987/QRE 14248

## SEGURANÇA

# À CAÇA DOS 'CHEFES' DO TRÁFICO DE DROGAS

## EM 25 DIAS, DEZ GRUPOS SUSPEITOS FORAM DETIDOS; DESAFIO É MANTER ÁREAS LIVRES DE OUTROS BANDOS

| GABRIELA SALES

| gsales@hojeemdia.com.br

Pelo menos dez grupos suspeitos de comandar o tráfico de drogas em Minas, principalmente na Grande BH, foram presos só neste mês. Maconha, cocaína, ecstasy e haxixe estão entre os entorpecentes recolhidos, que abasteceriam bocas de fumo. Além do comércio ilegal, integrantes dos bandos também estariam envolvidos em homicídios e assaltos a bancos.

A Polícia Civil diz que as ações são resultado de investigações para identificar os “chefes do tráfico” e, assim, diminuir a circulação de drogas nas cidades. No entanto, dados de materiais apreendidos e o total de prisões, neste ano, não foram informados.

“Nossas investigações não param. Além de alcançar o responsável pelo grupo criminoso, também temos como objetivo encontrar os executores da venda no varejo”, afirma o delegado Wagner Pinto, chefe do Departamento Estadual de Combate ao Narcotráfico (Denarc).

### DESAFIO

Manter as áreas desarticu-

# 50 MIL

## OCORRÊNCIAS DE APREENSÃO DE DROGAS FORAM FEITAS PELA POLÍCIA EM 2016

ladas do tráfico sem novas organizações criminosas é outro desafio. Após as prisões, bandos rivais acabam ocupando o espaço. “Mais cedo ou mais tarde, outros grupos vão retomar o comércio de drogas na região. O tráfico financia outros crimes, assim como é financiado por outros delitos, o que torna a prática muito rentável no meio criminoso”, afirma o especialista em segurança pública Jorge Tassi, que é professor da faculdade UNA.

Tassi também é cauteloso ao analisar as prisões ocorri-

das. Segundo ele, os bandos estão cada vez mais organizados, se readaptando para burlar a polícia. “São grupos bem articulados. Acredito que, na maioria das vezes, não é o ‘chefe do tráfico’ que vai preso e sim o ‘gerente’, que até desconhece a origem do dinheiro para a aquisição dos entorpecentes”, diz.

O próprio delegado Wagner Pinto reconhece a dificuldade em banir a presença de outros criminosos nas áreas desarticuladas. Para ele, “a presença do poder público nestes locais é essencial”. No entanto, ele

reafirma que os “líderes” têm sido presos.

### TENTÁCULOS

“Eles se mantêm escondidos e delegam funções, o que chamamos de tentáculos. Na maior parte das vezes, esses suspeitos que são presos. O que mudou agora é que conseguimos identificar o responsável pelos grupos e assim desarticular o esquema criminoso”, diz o delegado.

Dentre as detenções deste mês, na semana passada equipes do Denarc prenderam 12 suspeitos que atuavam em Betim e Contagem (Grande BH) e em de Pará de Minas, Brumadinho e Divinópolis (região Central).

O grupo seria responsável por cometer uma série de roubos de carga. Com o lucro, comprava drogas e abastecia os municípios. O dinheiro também era usado para adquirir armamentos.

Os únicos dados de apreensões de drogas informados pela Polícia Civil são do ano passado e de 2016. Os números indicam queda. Em 2015 foram 57.238 ocorrências no Estado contra 50.098 no em 2016, um recuo de 12%.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOBIM/MG**  
**AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2017**  
No Edital publicado nos Jornais “Minas Gerais”, edição do dia 26/07/2017, Caderno 2 - Pág. 13 e “Hoje em Dia”, edição do dia 26/07/2017, Caderno Primeiro Plano - Pág. 11; Onde se lê: Abertura dos envelopes dar-se-á no dia: 15/06/2017, às 09:00h. Leia-se: Abertura dos envelopes dar-se-á no dia: 14/06/2017, às 09:00h. Os demais dados permanecem inalterados. Para efeitos legais, faz-se a presente Retificação. Robson José Chaves - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
A PREF. MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG — torna público o Processo Licitatório nº 054/2017, Pregão Presencial para Registro de Preço nº 027/2017. Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E UNIFORMES PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**. Abertura da sessão: 08/06/2017 às 10h30min. Edital disponível no site através do site: www.frutadeleite.mg.gov.br  
**Pregoeira Oficial: Lorrany Ribeiro.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO AZUL/MG**  
A Prefeitura de Campo Azul torna público o Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº. 040/2017. Objeto: Aquisição de baterias para a frota de veículos e máquinas. Data da Abertura: 09.06.2017 às 08:30 horas. A Prefeitura de Campo Azul torna público o Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº. 041/2017. Objeto: Prestação de serviços de manutenção de ar condicionados, freezers, refrigeradores. Data da Abertura: 09.06.2017 às 10:00 horas. A Prefeitura de Campo Azul torna público o Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº. 042/2017. Objeto: Aquisição de materiais de uso hospitalar, equipamentos e outros materiais. Data da Abertura: 09.06.2017 às 13:00 horas. Inf. Tele. (38) 3231-8101, edital disponível na sede do município ou através do e-mail licitacaoazul@gmail.com. A Prefeitura Municipal de Campo Azul torna público a revogação do Pregão Presencial n. 016/2017, Objeto: Prestação de serviços de Transporte Escolar.  
**Geraldo Costa Júnior - Prefeito Municipal.**  
Campo Azul-MG, 26/05/2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA**  
**PUBLICAÇÃO DE EDITAL**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO Nº. 000043/2017**  
**Pregão Presencial Nº. 000018/2017**  
O Município de Manga-MG torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 08/06/2017 às 09:30:00 horas, em sua sede a Praça Presidente Costa e Silva, 1.477 – Manga-MG, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço, para Locação de ônibus para transporte de pacientes fora do domicílio, conforme especificações constantes do edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao Setor de Licitação, no referido endereço no horário de 08:30 às 11:30 horas, nos dias úteis, podendo também ser solicitado através do e-mail licitacaomanga@yahoo.com.br ou pelo telefone 38-3615-2601.  
Manga-MG, 24 de maio de 2017. **Edilson Silva Dutra** – Pregoeiro Oficial.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA**  
**PUBLICAÇÃO DE EDITAL**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO Nº. 000044/2017**  
**Pregão Presencial Nº. 000019/2017**  
O Município de Manga-MG torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 08/06/2017 às 14:30:00 horas, em sua sede a Praça Presidente Costa e Silva, 1.477 – Manga-MG, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço, para Contratação de Laboratório de Análises Clínicas Para Realização de Exames de PSA, conforme especificações constantes do edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao Setor de Licitação, no referido endereço, no horário de 08:30 às 11:30 horas, nos dias úteis podendo também ser solicitado através do e-mail licitacao@manga.mg.gov.br e telefone 38-3615-2601.  
Manga-MG, 25 de maio de 2017. **Edilson Silva Dutra** – Pregoeiro Oficial.

